



CNPJMF nº 28.627.266/0001-88
Rua Sete de Setembro, 515 - 10º andar - sala B
CEP 90010-190 - Porto Alegre - RS

Relatório da Administração

Senhores acionistas:

A Diretoria da Severo Participações S.A., em cumprimento às disposições legais e estatutárias submete à apreciação de V. Sas. o presente Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras e o Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras, da Severo Participações e controlada ("Companhia" ou "Sabemi"), relativos ao exercício de 2021.

Cenário econômico

O ano de 2021 continuou sendo marcado pelos efeitos da pandemia. Apesar do avanço da vacinação no País, o distanciamento social e as limitações impostas visando a não proliferação do vírus continuaram convivendo com a realidade de todos. Os negócios em geral, pouco a pouco, voltam a sua normalidade, porém ainda estamos distantes de afirmar que estamos vivendo uma situação de normalidade. Apuramos ainda mais nossos canais de relacionamento com os nossos clientes. A preocupação em bem atender e disponibilizar os serviços e produtos solicitados pelos nossos clientes também foram foco de nossa atividade neste ano tão diferente para todos. O ano de 2021 trouxe a retomada dos aumentos dos juros na economia e da inflação. Os juros medidos pela taxa Selic encerraram o ano a 9,25% a.a. enquanto a inflação ficou próximo de 10%. Níveis bastante elevados principalmente para um País que estava acostumado a conviver com níveis próximos a 1 dígito de inflação e juros bem menores.

Obviamente que esse cenário contaminou a economia como um todo e os negócios em geral foram impactados.

Acreditamos que o ano de 2022 continuará com os níveis elevados dos juros, devendo encerrar o ano em níveis próximos a 13%. A inflação deve ficar entre 8% e 10% ao ano, níveis ainda bastante elevados.

No ano de 2022 convivemos novamente com discussões políticas em função das eleições presidenciais. Por conta disso, a instabilidade e a volatilidade devem conviver em nossos negócios de forma constante.

Não acreditamos em reformas administrativas, tributárias e em outras necessárias ao bom andamento da economia em função do ano eleitoral. Somente em 2023 deveremos evoluir nessas pautas.

As contas públicas continuam sendo alvo de atenção e preocupação do mercado em geral. A adequada política fiscal é fundamental para a retomada do crescimento de nosso País. Nesse contexto o PIB deve crescer próximo a 1% em 2022.

Continuamos acreditando que o mercado segurador representa um importante alicerce para a população em geral, ainda mais em momentos como o que estamos vivendo em função da pandemia. A certeza de estar coberto por riscos de morte por conta da pandemia é um alento para aqueles que viveram momentos de perdas em seu núcleo familiar. Continuamos confiantes e acreditando no potencial de nosso País e de nossos produtos e serviços ofertados.

Mercado de atuação

A Severo Participações S/A tem como objeto social a participação no capital social de outras sociedades autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, sendo a controladora da Sabemi Seguradora S.A., especializada no segmento de consignação em folha de pagamento de servidores públicos, operando nos ramos de seguro de pessoas, previdência complementar e assistência financeira a seus segurados e participantes.

Desempenho consolidado

A Severo registrou lucro líquido no exercício de R\$ 1.121 mil, representando uma rentabilidade de 1,51% sobre o patrimônio líquido. As aplicações financeiras do Grupo totalizaram R\$ 30.698 mil. Os ativos totais registraram um saldo de R\$ 217.015 mil. A Companhia destinou R\$ 13.164 mil das receitas aos cofres públicos a título de impostos e contribuições próprios, pagos e provisionados, no exercício de 2021. Estes indicadores demonstram principalmente um histórico positivo e fortalecem a solidez econômica e financeira da Companhia.

Governança corporativa

A Severo Participações estimula sua controlada a investir na melhoria de seus controles internos e no aprimoramento de boas práticas de governança corporativa, com vistas a garantir um crescimento sustentável, focado na busca de excelência da gestão e fortalecimento do relacionamento com acionistas, clientes, fornecedores, parceiros, prestadores de serviços, colaboradores, comunidade e demais partes interessadas.

Organização societária

No exercício de 2021, através do Termo de Transferência nº 01, a acionista Claudia Vilaça Severo transfere a totalidade de suas ações, 2.215.000 ações preferenciais e nominativas, ao acionista Antonio Tulio Lima Severo, com todos os direitos e obrigações constantes dos Estatutos.

Política de distribuição de juros sobre o capital próprio/dividendos

A empresa tem como prática provisionar juros sobre capital próprio e dividendos como forma de remuneração aos seus acionistas. Estatutariamente, após a constituição da reserva legal de 5% do Lucro, a Severo Participações destina 25% do Lucro Líquido Ajustado a seus acionistas e o saldo à Reserva de Lucros.

Controles internos

A estrutura de controles internos é sustentada por políticas que asseguram a disseminação da cultura e a efetividade do sistema de controles em todos os níveis de negócio, mantendo-o alinhado aos objetivos estratégicos da Companhia. A qualificação dos colaboradores, o uso de modernas tecnologias, a melhoria, análise, reavaliação e aderência dos processos, e o gerenciamento de riscos são prioridades para a diretoria. Constantemente, a Companhia vem implementando um conjunto de controles, incluindo políticas, processos, estruturas organizacionais e normas e procedimentos de segurança, que visa à proteção das informações próprias e dos clientes, e envolve, aspectos de confidencialidade, integridade e disponibilidade.

Sociedade

Acreditamos que cada um de nós pode ter atitudes diárias capazes de mudar tudo. Acreditamos que juntos podemos mudar o mundo. Para isso, a Sabemi conta com um programa de desenvolvimento sustentável. O Programa Somos convida todos a (re)pensar hábitos diários e a transformar o mundo em lugar melhor. O Programa Somos trabalha em prol das causas que podem ressignificar quem somos. Para isso, o programa conta com três esferas que designam as ações realizadas:

SOMOS AMBIENTAIS

Promovemos ações, projetos e iniciativas capazes de criar uma rede de conscientização, além de práticas que impulsionem resultados positivos para o meio ambiente. Realizamos o gerenciamento dos aspectos ambientais, iniciativa de responsabilidade socioambiental que estimula a adoção de hábitos para transformar o mundo a partir de uma perspectiva ESG (Ambiental, Social e Governança, na sigla em inglês). A Empresa reforça práticas ambientalmente sustentáveis em suas instalações para a mitigar os efeitos negativos e, ao mesmo tempo, potencializar os impactos positivos de suas operações. Para isso, envolve colaboradores e seus familiares, assim como parceiros. Entre as iniciativas, está o uso racional de recursos como água e energia, associada às medidas de implementação dos princípios Lixo Zero.

SOMOS SOCIAIS

A partir do Comitê de Cidadania da Sabemi, realizamos diversas ações sociais que beneficiam instituições que desenvolvem um serviço humanitário para a sociedade. Somos Sociais atuou fortemente em 2021, apoiando com doações instituições escolhidas pelos colaboradores, através de enquetes na rede social interna. Foram doados mais de 1.000 itens em alimentos, mais de 400 peças de roupas, itens de higiene, calçados, roupas de cama, para 5 diferentes instituições ao longo do ano. A forma de arrecadar as doações vem sendo destaque desde 2020, já que a maioria de nossos colaboradores estão em *home office*, a saída foi buscamos através de um frete contratado, na porta dos nossos colaboradores, mantendo assim a essência de podermos contribuir com um pouco de cada um, fazendo a alegria das pessoas que necessitam.

- Avesol – doação de 669 peças de uniformes usados para confecção de outros materiais com tecido;
- Creche São Bebê – 130 kg de alimentos, 115 caixas de leite, 124 itens de higiene, 50 brinquedos, 130 peças de roupas;
- Projeto Remanescentes na Fé – 230kg de alimentos, 20 caixas de leite, 30 itens de higiene, 30 brinquedos e 90 pacotes de doces;
- Comunidade Ilha dos Marinheiros em Porto Alegre – 1300 peças de roupas.

A Sabemi também reformou diversos computadores da empresa para doação em casas de acolhimento, para que os jovens e crianças pudessem seguir estudando durante o isolamento social. Foram 03 computadores em Natal para a Obra Social Nossa Senhora da Glória e 18 máquinas em Porto Alegre doadas com a parceria da Procuradoria da Juventude e Infância dos Estados.

Ainda em contribuição ao social a Sabemi doou 200 títulos bibliográficos de referência pelo projeto Prê-Biblioteca, composto por livros infantis, infantojuvenis e de literatura em geral (nacional e internacional). Duas escolas foram contempladas: Escola Municipal Rio Grande do Sul, no Rio de Janeiro e a EMEF Leocádia Felizardo Prestes em Porto Alegre.

SOMOS ECONÔMICOS

Nossa esfera econômica é movida através da co-criação de todas as esferas do programa Somos. A partir das ações realizadas no meio Ambiental e Social, impulsionamos resultados que fazem a diferença.

Por intermédio da Sabemi Seguradora, o Grupo Sabemi também patrocinou no ano uma série de projetos nas áreas de cultura, saúde e esportes, entre outras, que totalizaram mais de R\$ 115 mil.

Recursos Humanos

No encerramento do ano, a Companhia contava com 337 colaboradores, dos quais 74,5% eram mulheres e 25,5% eram homens. A maioria atuava na Região Sul do país e tinha como grau de escolaridade o curso superior. A Companhia conta com diversas iniciativas para a gestão e o desenvolvimento do seu capital humano e isso promove o reconhecimento de suas iniciativas pelos colaboradores e premiações externas.

Reconhecimentos 2021

- GPTW - Great Place to Work**
Melhores Empresas do Setor Financeiro para trabalhar no país – 2020, 2021
6º Melhor Seguradora para trabalhar no país – 2020
2º Melhor Seguradora para trabalhar no país – 2021
Melhores Empresas para Trabalhar no RS - 2014, 2015, 2016, 2017, 2018, 2020, 2021
- FIA - Fundação Instituto de Administração**
20º Lugar Incrivei para Trabalhar no país – UOL – 2020
13º Lugar Incrivei para Trabalhar no país – UOL – 2021
Certificação de Qualidade no Ambiente de Trabalho 2020/2021/2022
- 150 Melhores Empresas Você S/A**
Melhores Empresas para Trabalhar no Brasil - 2017, 2018 e 2019
Melhores Empresas para Iniciar a Carreira no Brasil – Você S/A – 2019
- Associação Brasileira de RH – ABRH**
Top Ser Humano RS, 2015, 2016, 2018 e 2019, 2021
Prêmio Ser Humano Nacional 2017
- Top de Marketing – ADVB**
Categoria Seguros e Sustentabilidade – Case Tim Tim por DimDim - 2021
- Intelijur – Inteligência Jurídica**
Prêmio Melhores Práticas na Gestão de Departamentos Jurídicos - Case Jurídico para Todos - 2021

Atração e retenção de talentos

Para conferir mais eficiência e profissionalismo ao processo de atração de talentos, desde 2019 a Sabemi passou a adotar a ferramenta de inteligência artificial Infojobs/PandaPê, que mantém

os candidatos informados sobre cada etapa superada de seleção, ampliando a transparência e agilidade no processo seletivo e dos retornos aos candidatos. Com a adoção da inteligência artificial, garantimos que 100% dos candidatos recebam retorno do processo seletivo. Este formato nos permite avaliar os currículos dos candidatos minimizando alguns vieses de percepção dos recrutadores. Isso acontece tanto nos processos externos como nos internos. Para fortalecer nossos processos seletivos For All, realizamos algumas ações:

- Conscientização das lideranças da importância de enxergarmos as competências e potenciais dos candidatos.
- Vagas anunciadas sem viés discriminatório.
- Buscamos descrever as exigências em termos mais gerais como: "proatividade e formação em curso superior".
- Currículos avaliados e disponibilizados aos gestores sem informações como idade e informações pessoais dos candidatos (informações como idade, exigência de foto, estado civil, nome, quantidade de filhos.).
- Consideramos candidatos pessoas com deficiência para todas as oportunidades.

Outro ponto que a Inteligência Artificial fortalece a maximização do potencial humano é através da lógica que as pessoas identificadas com a cultura da empresa estarão mais dispostas a buscar uma vaga na organização; assim, desde o momento da descrição da vaga e em todas as etapas do processo, buscamos divulgar e conhecer os candidatos para ocorrer o "fit cultural". E claro, além de buscarmos candidatos externos, prezamos oportunizar a possibilidade de crescimento dos nossos colaboradores através dos nossos processos seletivos internos, tendo sido divulgadas 22 vagas internamente no ano de 2021.

Neste ano, devido ao distanciamento social a Sabemi realiza seu processo de integração de forma *online* e com todos os colaboradores de todas as regiões do país. O processo ocorre a cada 15 dias na empresa. Na semana anterior eles recebem um *kit* boas-vindas, 100% sustentável com itens 100% recicláveis, alinhado ao programa de sustentabilidade da Sabemi. Posteriormente, os novos colaboradores recebem desenvolvimento sobre os Produtos e Negócios da empresa, assim como informações da Diretoria de Planejamento Estratégico, que reforça a missão do Grupo, esclarece os valores que norteiam as ações e apresenta os trabalhos e objetivos estratégicos da empresa. Em seguida, é realizada a integração da Segurança da Informação, em que o colaborador terá conhecimento sobre as regras de utilização dos recursos tecnológicos da empresa.

O Código de conduta é reforçado e todos são orientados a realizar o curso *online* sobre a conduta esperada do colaborador na organização. Além disso, todas as normas e regras da empresa são disponibilizadas para sua leitura por meio da plataforma Saber, ícone disponível em todas as áreas de trabalho dos computadores, que possui diversas informações acerca da empresa, permitindo, assim, a imersão na cultura organizacional.

Capacitação

Para manter a alta *performance* de suas equipes, alinhadas aos diferenciais foco e especialização, a Sabemi investe em programas e ações pontuais de aperfeiçoamento. Em 2021, foram ministrados 661 fóruns promovidos entre presenciais e *online*, que trataram de temas divididos em 3 grupos: institucional, negócio e comportamental, sendo alguns destes: inteligência emocional, criatividade, prevenção à fraude e à lavagem de dinheiro, código de conduta, educação financeira, A Arte de Influenciar Pessoas, Flexibilidade Cognitiva, entre outros.

Qualidade de vida

Para assegurar a integridade, assim como zelar pela saúde e segurança de seus colaboradores, a Sabemi mantém ativa a Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (Cipa), mesmo sem obrigatoriedade legal.

Devido ao estado de pandemia e a realização do trabalho em *home office*, a Sipat de 2021 foi totalmente *online* e contou com 971 participações, em diversas palestras promovidas na semana do evento. Como em todos os anos foram realizadas palestra relacionadas a saúde e segurança dos colaboradores e em 2021 as temáticas estavam voltadas a alimentação saudável, cuidados com o corpo, DST's e AIDS, bem-estar e autocuidado. Ainda como reforço à qualidade de vida e ao estímulo à busca de equilíbrio entre as vidas pessoal e profissional dos colaboradores, a companhia mantém, em sua sede administrativa, sala climatizada com sofás, *puffs*, computadores com acesso irrestrito à internet, máquina de café expresso, televisão, revistas e outras publicações disponíveis para leitura. Há ainda biblioteca colaborativa na sala de descanso, onde os profissionais podem retirar e doar livros, além de fazerem a própria gestão.

Diversidade

O Programa Plurais faz parte dos portfólios de programa internos da Sabemi, pois a empresa acredita que a pluralidade que tem na organização e no país, são a riqueza de seu potencial. O Programa que tem pilares diversos e atua na promoção e compartilhamento de consciências diversas, atitudes diversas e ações diversas. Os temas mapeados são: Gênero, Violência, Gerações, Culturas, Raças e LGBTQI+.

Perspectivas

O Conselho da empresa orienta estrategicamente os negócios e a governança da Companhia, de forma a maximizar os seus resultados e perpetuar a empresa. O ano de 2021 foi caracterizado por resultados consistentes que permitem vislumbrar a continuidade do crescimento da companhia.

Em 2022, a Companhia planeja acelerar essa expansão com investimentos na fidelização dos clientes e na diversificação de produtos e canais de comercialização. E essas ações serão pautadas por inovação, responsabilidade socioambiental e gestão sustentável dos negócios.

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos colaboradores a dedicação, competência e talento que nos permitem obter resultados consistentes e diferenciados, e aos nossos acionistas, parceiros, fornecedores, consultores e clientes pelo indispensável apoio e a confiança.

A Diretoria
Porto Alegre, 13 de julho de 2022.

Balanco patrimonial em 31 de dezembro (Em milhares de reais)

Ativo	Controladora			Consolidado			Passivo e Patrimônio Líquido	Controladora			Consolidado		
	2021	Reapresentado 31/12/2020	Reapresentado 01/01/2020	2021	Reapresentado 31/12/2020	Reapresentado 01/01/2020		2021	Reapresentado 31/12/2020	Reapresentado 01/01/2020	2021	Reapresentado 31/12/2020	Reapresentado 01/01/2020
Circulante	169	338	155	103.060	397.781	406.970	Circulante	-	10	-	48.955	336.026	352.145
Disponível (Nota 5)	52	260	43	3.421	11.459	6.875	Contas a pagar	-	10	-	15.512	209.393	197.625
Caixa e bancos	52	260	43	3.421	11.459	6.875	Obrigações a pagar (Nota 13)	-	-	-	9.626	16.612	18.591
Equivalentes de caixa (Nota 5)	-	-	-	16.527	35.932	17.709	Impostos e encargos sociais a recolher (Nota 14)	-	-	-	2.499	1.211	1.510
Aplicações (Nota 6)	-	-	-	30.698	31.722	46.938	Encargos trabalhistas	-	-	-	2.613	2.007	1.948
Créditos das operações com seguros e resseguros (Nota 6.4.1)	-	-	-	864	184	1.985	Empréstimos e financiamentos (Nota 15)	-	-	-	233	378	462
Prêmios a receber	-	-	-	728	1	1.973	Impostos e contribuições (Nota 16)	-	10	-	535	1.674	8.569
Operações com seguradoras	-	-	-	136	183	11	Obrigações por cessões de recebíveis (Nota 21)	-	-	-	-	187.511	165.522
Operações com resseguradoras	-	-	-	-	-	1	Outras obrigações	-	-	-	6	-	1.023
Créditos das operações com previdência complementar (Nota 6.4.2)	-	-	-	4.799	4.448	4.077	Débitos de operações com seguros e resseguros	-	-	-	3.458	3.428	5.493
Valores a receber	-	-	-	4.799	4.448	4.077	Prêmios a restituir	-	-	-	-	-	-
Outros créditos operacionais (Nota 6.4.3)	-	-	-	-	41	-	Operações com seguradoras	-	-	-	2.821	3.019	3.490
Ativos de resseguro e retrocessão	-	-	-	22	41	39	Operações com resseguradoras	-	-	-	88	88	87
Títulos e créditos a receber (Nota 6.4.4)	117	78	112	37.155	224.219	213.016	Corretores de seguros e resseguros	-	-	-	339	86	1.827
Títulos e créditos a receber	-	-	-	16.573	9.868	10.915	Outros passivos operacionais	-	-	-	210	235	89
Créditos tributários e previdenciários	117	78	112	4.170	2.124	136	Débitos de operações com previdência complementar	-	-	-	26	9	22
Assistência financeira a participantes (Nota 6.4.4)	-	-	-	15.503	211.193	201.541	Outros passivos operacionais	-	-	-	26	9	22
Outros créditos	-	-	-	909	1.034	424	Depósitos de terceiros (Nota 17)	-	-	-	170	5.197	7.625
Outros valores e bens	-	-	-	90	86	79	Provisões técnicas - seguros (Nota 18)	-	-	-	15.205	14.696	16.208
Outros valores	-	-	-	90	86	79	Pessoas	-	-	-	15.205	14.696	16.208
Despesas Antecipadas (Nota 7)	-	-	-	9.478	89.645	116.251	Provisões técnicas - previdência complementar (Nota 18)	-	-	-	12.493	9.626	9.559
Custos de aquisição diferidos	-	-	-	6	4	1	Planos não bloqueados	-	-	-	12.493	9.626	9.559
Seguros	-	-	-	6	4	1	Outros débitos	-	-	-	2.091	93.677	115.613
Ativo não circulante	73.897	77.383	83.037	48.621	850.214	1.264.130	Receitas operacionais antecipadas (Nota 21)	-	-	-	-	93.677	115.613
Realizável a longo prazo	8.563	6.755	6.346	47.322	848.369	1.261.882	Passivos de arrendamento (Nota 2.11)	-	-	-	2.091	-	-
Aplicações (Nota 6)	-	-	-	-	82	79	Passivo não circulante	-	-	-	28.660	834.258	1.235.763
Títulos e créditos a receber	8.563	6.755	6.346	32.121	844.975	1.257.320	Contas a pagar	-	-	-	1.760	813.397	1.224.148
Títulos e créditos a receber (Nota 19)	8.503	6.713	6.330	8.503	6.713	10.880	Empréstimos e financiamentos (Nota 15)	-	-	-	-	233	519
Imposto de renda e contribuição social diferido (Nota 9.1)	60	42	16	8.377	8.293	6.116	Obrigações por cessões de recebíveis (Nota 21)	-	-	-	-	810.524	1.220.108
Depósitos judiciais (Nota 8)	-	-	-	5.093	5.237	1.240.324	Outras contas a pagar	-	-	-	1.760	2.640	3.521
Assistência financeira a participantes (Nota 6.4.4)	-	-	-	10.148	824.732	-	Provisões técnicas - previdência complementar (Nota 18)	-	-	-	201	233	239
Outros valores e bens (Nota 2.11)	-	-	-	8.064	-	-	Planos não bloqueados	-	-	-	201	233	239
Despesas Antecipadas (Nota 7)	-	-	-	7.137	3.312	4.483	Outros débitos	-	-	-	20.466	20.628	11.376
Investimentos (Nota 10)	65.334	70.628	76.691	276	275	228	Provisões judiciais (Nota 20 (b))	-	-	-	20.466	20.628	11.376
Participações societárias (Nota 10.1)	65.334	70.628	76.691	244	243	196	Débitos Diversos	-	-	-	6.233	-	-
Outros investimentos (Nota 10)	-	-	-	32	32	32	Passivos de arrendamento (Nota 2.11)	-	-	-	6.233	-	-
Imobilizado (Nota 11)	-	-	-	918	1.391	1.873	Patrimônio líquido (Nota 22)	74.066	77.711	83.192	74.066	77.711	83.192
Bens móveis	-	-	-	918	1.391	1.872	Capital social	44.300	44.300	44.30			

CONTINUAÇÃO

Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro
(Em milhares reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	2021	Reapresentado 2020	2021	Reapresentado 2020
Operações de seguros (Nota 23)				
Prêmios emitidos líquidos	-	-	100.197	103.054
Contribuições para cobertura de riscos	-	-	29.619	27.408
Variação das provisões técnicas de prêmios	-	-	(2.222)	2.769
Prêmios ganhos (Nota 23)	-	-	127.594	133.231
Sinistros ocorridos (Nota 23)	-	-	(17.634)	(13.520)
Custo de aquisição (Nota 23)	-	-	(25.456)	(25.991)
Outras receitas e despesas operacionais, líquido (Nota 23)	-	-	(3.359)	(5.072)
Resultado com operações de resseguro – despesa com resseguro	-	-	(359)	(307)
Variação de outras provisões técnicas	-	-	(67)	39
Custo de aquisição (Nota 23)	-	-	(1.574)	(4.591)
Outras Receitas e Despesas Operacionais, líquido (Nota 23)	-	-	(16)	(6)
Despesas administrativas (Nota 23)	(405)	(260)	(109.871)	(91.287)
Despesas com tributos (Nota 23)	(84)	(93)	(7.127)	(8.036)
Resultado financeiro (Nota 23)	1	7	38.701	16.818
Resultado patrimonial	-	-	4	(2)
Resultado equivalência patrimonial (Nota 10.1)	1.591	3.208	-	-
Resultado operacional	1.103	2.862	836	1.276
Ganhos e perdas com ativos não correntes (Nota 23)	-	-	(21)	(19)
Resultado antes dos impostos e participações	1.103	2.862	815	1.257
Imposto de renda (Nota 9.2)	13	(3)	732	1.632
Contribuição social (Nota 9.2)	5	(3)	463	793
Participações sobre o resultado	-	-	(889)	(826)
Lucro líquido do exercício	1.121	2.856	1.121	2.856
Quantidade de ações			44.300	44.300
Lucro básico por ação – em reais			25	64

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro
(Em milhares reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	2021	Reapresentado 2020	2021	Reapresentado 2020
Resultado do exercício	1.121	2.856	1.121	2.856
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente do exercício	1.121	2.856	1.121	2.856
As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.				
Demonstração das mutações do patrimônio líquido (Em milhares reais, exceto quando indicado de outra forma)				
	Reservas de lucros			
	Capital social	Legal	Estatutária	Lucros acumulados
				Total
Em 01 de janeiro de 2020	44.300	2.942	28.655	-
Ajustes decorrentes da reapresentação (nota 2.1)	-	-	7.295	-
	44.300	2.942	35.950	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	2.856
Proposta de destinação do resultado:				
Reserva legal (Nota 22.1)	-	424	-	(424)
Dividendo mínimo obrigatório (Nota 22.2)	-	-	-	(608)
Dividendos complementares (Nota 22.2)	-	-	(5.905)	(1.824)
Em 31 de dezembro de 2020	44.300	3.366	30.045	-
	44.300	3.366	28.377	76.043
Ajustes decorrentes da reapresentação (nota 2.1)	-	-	1.668	1.668
Em 01 de janeiro de 2021 (reapresentado nota 2.1)	44.300	3.366	30.045	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	1.121
Proposta de destinação do resultado:				
Reserva legal (Nota 22.1)	-	139	-	(139)
Dividendo mínimo obrigatório (Nota 22.2)	-	-	-	(246)
Dividendos complementares (Nota 22.2)	-	-	(3.784)	(736)
Em 31 de dezembro de 2021	44.300	3.505	26.261	-

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro
(Em milhares reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	2021	Reapresentado 2020	2021	Reapresentado 2020
Atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício	1.121	2.856	1.121	2.856
Ajustes para:				
Depreciação e amortizações	-	-	537	536
Provisão para perda sobre créditos	-	-	(114.045)	(22.773)
Perda na alienação de imobilizado e intangível	-	-	21	19
Resultado Equivalência Patrimonial	(1.591)	(3.208)	-	-
Variação nas contas patrimoniais:				
Ativos financeiros	-	-	1.105	15.214
Créditos das operações de seguros, incluindo ativos oriundos de contratos de seguros	-	-	(680)	1.801
Créditos das operações com previdência complementar	-	-	(351)	(371)
Ativos de resseguro	-	-	19	(2)
Créditos fiscais e previdenciários	(39)	34	(2.112)	(5.689)
Ativo fiscal diferido	(18)	(26)	(20)	(29)
Depósitos judiciais e fiscais	-	-	144	863
Despesas Antecipadas	-	-	76.342	27.777
Partes Relacionadas	(1.790)	(383)	(1.790)	(383)
Outros ativos	-	-	995.667	406.329
Impostos e contribuições	(10)	41	2.961	4.025
Outras contas a pagar	-	-	(892.230)	(390.839)
Débitos de operações com seguros e resseguros	-	-	30	(2.065)
Débitos de operações com previdência complementar	-	-	17	(13)
Depósitos de terceiros	-	-	(5.027)	(2.428)
Provisões técnicas - seguros e resseguros	-	-	509	(1.512)
Provisões técnicas - previdência complementar	-	-	2.835	61
Provisões judiciais	-	-	(161)	9.252
Outros passivos	-	-	(85.353)	-
Caixa líquido gerado (consumido) pelas operações	(2.327)	(686)	(20.461)	42.629
Juros pagos	-	-	-	(30)
Imposto sobre o lucro pago	-	(31)	(2.206)	11.099
Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades operacionais	(2.327)	(717)	(22.667)	31.438
Atividades de investimentos				
Alienação de imobilizado	-	-	15	10
Aquisição de investimentos	-	-	-	(54)
Aquisição de imobilizado	-	-	(25)	(15)
Dividendos recebidos	5.985	8.272	5.985	8.272
Aquisição de intangível	-	-	-	(100)
Juros sobre o capital próprio recebidos	900	1.000	900	1.000
Caixa líquido gerado nas atividades de investimentos	6.885	9.272	6.875	9.113
Atividade de financiamentos				
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	(4.766)	(8.337)	(11.651)	(17.609)
Pagamento de empréstimos (exceto juros)	-	-	-	(134)
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamentos	(4.766)	(8.337)	(11.651)	(17.743)
(Redução)/Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	(208)	217	(27.443)	22.807
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	260	43	47.391	24.584
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	52	260	19.948	47.391
(Redução)/Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	(208)	217	(27.443)	22.807

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021
(Em milhares reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Severo Participações S.A. ("Controladora" ou "Companhia"), sociedade anônima de capital fechado com sede em Porto Alegre-RS, foi constituída em 01/06/2017. A Companhia tem por objeto social a participação no capital social em outras sociedades autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP.

A Companhia é controladora da Sabemi Seguradora S.A. ("Sabemi", "Controlada" ou "Seguradora" e, conjuntamente com a Companhia "Consolidado") a qual tem por objeto operar em seguros de pessoas, bem como em previdência privada complementar, nas modalidades de pecúlio e de renda. A Controlada possui sede em Porto Alegre/RS, tendo suas atividades reguladas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

A Severo Participações S.A. é controladora da Sabemi Seguradora S.A com participação de 100% no capital social em 31 de dezembro de 2021.

A controlada também atua como correspondente de instituição financeira no país, de acordo com a Circular SUSEP nº 320/06.

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 13 de julho de 2022.

No exercício social de 2009, a Seguradora ingressou no Consórcio do Seguro DPVAT, mediante aprovação do Processo nº 15414.004076/2008-85 pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, através de Carta SUSEP/GABIN nº 205, de 30 de dezembro de 2008.

Em Assembleia Geral, atendendo a previsão do Instrumento do Consórcio do Seguro DPVAT, foi deliberada a dissolução do Consórcio do Seguro DPVAT, ficando a Seguradora Líder em nome das Consorciadas, designada a administrar o "run-off" de suas operações e obrigações com relação aos sinistros ocorridos até 31 de dezembro de 2020, inclusive quanto às futuras demandas judiciais que os envolvam. A partir de 1º de janeiro de 2021, fica vedada quaisquer novas subscrições de riscos pela Seguradora Líder em nome das Consorciadas. Adicionalmente, todas as indenizações relativas ao DPVAT para sinistros ocorridos após 1º de janeiro de 2021, ficam a cargo da reserva existente do Consórcio do Seguro DPVAT, constituída ao longo dos últimos anos.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os períodos apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pela SUSEP, no que não contrariem a Circular SUSEP nº 517/15 e alterações posteriores, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração do Grupo no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

Política de contabilização das operações de Assistência Financeira

Ao longo dos meses de fevereiro a abril/2021, foram realizadas diversas reuniões com a Susep, abordando principalmente a forma de contabilização da securitização dos direitos creditórios originados pela Seguradora e securitizados a diversos fundos de investimento em direitos creditórios (FIDC), de acordo com a legislação vigente.

De acordo com as normas contábeis vigentes, as operações de cessão devem ser classificadas entre:

- a) transações cessão/transferência de ativos realizadas com retenção substancial de riscos e benefícios;
- b) transações de cessão/transferência de ativos realizadas sem retenção substancial de riscos e benefícios; e
- c) transações de cessão / transferência de ativos realizadas sem transferência e sem retenção substancial de riscos e benefícios.

A Sabemi ao longo dos anos, com base nas suas análises efetuadas à luz das orientações emanadas dos pronunciamentos contábeis aplicáveis (CPCs 38 / CPC 48) concluiu que as cessões realizadas de ativos financeiros se enquadravam na categoria de transações de cessão / transferência de ativos realizadas sem retenção substancial de riscos e benefícios. O referido entendimento também se encontra amparado na análise e parecer contábil de especialistas renomados como o Professor e Doutor Eliseu Martins, incluindo seus auditores internos e externos, que levaram em consideração as circunstâncias das operações realizadas, e a não retenção significativa de cotas subordinadas pela Seguradora (entidade que reporta), assim como a ausência de controle e não consolidação dos referidos fundos (FIDC) para os quais as transferências de ativos foram cedidas. Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2020 a Seguradora não detinha nenhuma cota subordinada.

Em decorrência dessa análise, a Seguradora vinha efetuando o desreconhecimento dos ativos (direitos creditórios) cedidos aos Fundos (FIDC) quando da realização das referidas operações de transferência/cessão.

Por outro lado, o entendimento do órgão regulador, é de que a Controlada tem retenção substancial de risco e benefícios, e por consequência deve reconhecer/manter no seu Ativo os direitos creditórios e registrar no seu Passivo os créditos cedidos.

A principal alegação apresentada pela Susep, refere-se ao fato que nos Regulamentos dos FIDC constava cláusula determinando a aquisição de Quotas Ordinárias Subordinadas por parte da Seguradora ou Partes relacionadas, de esta forma a operação seria com retenção substancial de riscos e benefícios.

Em 21 de maio de 2021, através do Ofício Eletrônico Nº 4/2021/CFIP2/CGFIP/DIR4/SUSEP, o órgão regulador determinou efetuar o levantamento de todos os FIDC ativos em 31 de dezembro de 2020, reconhecendo os créditos de assistência financeira no Ativo e os créditos cedidos no Passivo. Foi determinado também o levantamento de todas as receitas e despesas já reconhecidas relacionadas aos contratos de assistência financeira em aberto na data-base para estorná-las e registrá-las como Ativo e Passivo a serem diferidos durante o prazo remanescente dos recebimentos dos créditos.

De acordo com a determinação da Susep, a Controlada realizou todos os ajustes para todas as operações de securitização realizadas com os FIDC que denominamos de FIDC Elegíveis, aqueles que cumpriam as duas condições, estar ativos em 31 de dezembro de 2020 e FIDC cujas Quotas Subordinadas, naquela data, pertenciam à Seguradora ou Partes relacionadas. Os FIDC Elegíveis são o Sabemi III, Sabemi V, Sabemi VI, Sabemi VIII, Sabemi IX e Sabemi X.

Os Fundos elencados abaixo possuem o efeito de reconhecimento de ativos, passivos, receita e despesa, de acordo com a determinação do órgão regulador. Foi efetuada a reversão das receitas financeiras de contratos cedidos, reconhecendo no resultado toda a receita financeira dos contratos Ativos e por outro lado consideradas as Despesas financeiras dos contratos cedidos registrados no Passivo. Conforme observado abaixo, o efeito da transição destes saldos tem efeito zero no resultado da Seguradora.

	Reversão de Receitas financeiras de contratos cedidos		Despesas financeiras de contratos cedidos		Resultado líquido do Ajuste	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020
FIDC Anga III	3.783	13.614	(3.783)	(13.614)	-	-
FIDC Anga V	6.563	27.121	(6.563)	(27.121)	-	-
FIDC Anga VI	4.965	19.840	(4.965)	(19.840)	-	-
FIDC Anga VIII	14.092	58.181	(14.092)	(58.181)	-	-
FIDC Anga IX	20.284	78.592	(20.284)	(78.592)	-	-
FIDC Anga X	41.001	112.018	(41.001)	(112.018)	-	-
	90.688	309.366	(90.688)	(309.366)	-	-

Em junho de 2021 foi efetuada a venda de todas as quotas subordinadas que pertenciam a Sabemi Seguradora e suas partes relacionadas em 31 de dezembro de 2020. Nesta mesma data, os fundos realizaram assembleia aprovando as alterações nos respectivos regulamentos. Alterou-se o texto do parágrafo onde havia a obrigatoriedade da Sabemi Seguradora e suas partes relacionadas terem um percentual mínimo de quotas subordinadas ordinárias dos FIDC.

Eliminada a obrigatoriedade de subscrição de quotas subordinadas ordinárias por parte da Sabemi Seguradora e suas partes relacionadas e pela inexistência de quotas subordinadas mantidas pela Sabemi Seguradora e suas partes relacionadas, concluiu-se que a partir do mês de junho de 2021 a Sabemi Seguradora e suas partes relacionadas não retêm riscos e benefícios nas operações de cessão /transferência dos FIDC listados acima, efetuando o desreconhecimento de ativos no mês de junho de 2021 dos direitos creditórios dos FIDC Elegíveis.

Em maio de 2021 houve a estruturação de um novo FIDC, Sabemi XI. A Sabemi Seguradora reteve 25% de suas quotas subordinadas ordinárias até 30 de novembro de 2021, data em que foi vendida para terceiros, não retendo mais nenhuma quota subordinada.

Dada a retenção de quotas subordinadas deste fundo, até 30 de novembro de 2021, a Sabemi Seguradora efetuou o reconhecimento dos ativos e passivos em seu balanço, conforme determinação do Ofício Eletrônico nº 04/2021 da SUSEP. A partir dessa data, concluiu-se que a Sabemi Seguradora e suas partes relacionadas não retêm riscos e benefícios nas operações de cessão/transferência do FIDC Sabemi XI, efetuando o desreconhecimento de ativos no mês de novembro de 2021 dos direitos creditórios do FIDC Sabemi XI.

A Controlada, entende que a contabilização efetuada originalmente encontra respaldo nas normas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Todavia pelo fato da determinação imposta pela Susep, abaixo estão demonstrados os ajustes efetuados nos saldos patrimoniais da Sabemi Seguradora S.A. em 31 de dezembro de 2020 e 01 de janeiro de 2020 e os efeitos no resultado do período caso a determinação tivesse efeito retroativo:

	Controlada:		
	Saldos Publicados 31/12/2020	Ajustes Efetuados	Saldos Ajustados 31/12/2020
Ativos e Passivos ajustados			
Assistência financeira a participantes (a)	29.601	1.006.324	1.035.925
Despesas antecipadas (b)	4.789	88.168	92.957
Total do ativo	146.410	1.094.492	1.240.902
Impostos e contribuições (c)	552	1.112	1.664
Obrigações por cessão de recebíveis (d)	-	998.035	998.035
Débitos diversos (e)	-	93.677	93.677
Lucros acumulados (f)	-	1.668	1.688
Total do passivo e patrimônio líquido	146.410	1.094.492	1.240.902

	Controlada:		
	Saldos Publicados 31/12/2020	Ajustes Efetuados	Saldos Ajustados 31/12/2020
Efeitos no Resultado			
Resultado financeiro (g)	26.191	(9.380)	16.811
(=) Resultado operacional	11.002	(9.380)	1.622
(=) Resultado antes dos impostos e participações	10.983	(9.380)	1.603
Imposto de renda (h)	(710)	2.345	1.635
Contribuição social (h)	(611)	1.407	796
Lucro líquido do exercício	8.836	(5.628)	3.208

	Controlada:		
	Saldos Publicados 01/01/2020	Ajustes Efetuados	Saldos Ajustados 01/01/2020
Ativos e Passivos ajustados			
Assistência financeira a participantes (a)	43.292	1.398.573	1.441.865
Despesas antecipadas (b)	5.904	114.8	

» CONTINUAÇÃO

Decorrente do resultado de equivalência patrimonial e do impacto no investimento da controlada, os saldos da Controladora foram assim ajustados em 01 de janeiro de 2020 e 31 de dezembro de 2020:

	Controladora:		
	Saldos Publicados	Ajustes Efetuados	Saldos Ajustados
Ativos e Passivos ajustados	31/12/2020		31/12/2020
Investimentos	68.960	1.668	70.628
Total do ativo	76.053	1.668	77.721
Reservas de lucros	31.743	1.668	33.411
Total do passivo e patrimônio líquido	76.053	1.668	77.721

	Controladora:		
	Saldos Publicados	Ajustes Efetuados	Saldos Ajustados
Efeitos no Resultado	31/12/2020		31/12/2020
Resultado de equivalência patrimonial	8.836	(5.628)	3.208
Lucro líquido do exercício	8.484	(5.628)	2.856

	Controladora:		
	Saldos Publicados	Ajustes Efetuados	Saldos Ajustados
Ativos e Passivos ajustados	01/01/2020		01/01/2020
Investimentos	69.396	7.295	76.691
Total do ativo	75.897	7.295	83.192
Reservas de lucros	31.597	7.295	38.892
Total do passivo e patrimônio líquido	75.897	7.295	83.192

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação do Grupo.

2.3 Consolidação

A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém o controle, isto é, quando está exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida. As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

(a) Controladas

Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia detém o controle. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle.

Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos para a aquisição de controladas em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. O Grupo reconhece a participação não controladora na adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional da participação não controlada no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A mensuração da participação não controladora é determinada em cada aquisição realizada. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos.

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

(b) Perda de controle em controladas

Quando a Companhia deixa de ter controle, qualquer participação retida na entidade é remensurada ao seu valor justo, sendo a mudança no valor contábil reconhecida no resultado. Os valores reconhecidos previamente em outros resultados abrangentes são reclassificados para o resultado.

2.4 Caixa e equivalentes de caixa (Disponível)

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa e depósitos bancários. Equivalentes de caixa são aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez mantidas com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo.

2.5 Ativos financeiros

Classificação

O Grupo classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, disponíveis para venda e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

(a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Os títulos e valores mobiliários classificados nessa categoria são adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados e são contabilizados ajustados ao valor de mercado, computando-se a valorização ou desvalorização em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, no resultado do período. Os ativos dessa categoria correspondem a aplicações financeiras classificadas no ativo circulante.

Os fundos de investimento financeiro são avaliados pelo valor da quota informado pelos administradores dos fundos, na data do balanço.

O Grupo não utiliza em suas operações instrumentos financeiros derivativos de caráter especulativo.

(b) Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para a venda não são derivativos, que são designados nessa categoria ou que não são classificados em nenhuma das categorias anteriores. Eles são apresentados no ativo não circulante, a menos que a administração pretenda alienar o investimento em até 12 meses após a data do balanço.

(c) Empréstimos e recebíveis

Incluem-se nessa categoria os empréstimos concedidos e os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos no ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados no ativo não circulante). Os empréstimos e recebíveis do Grupo compreendem as operações de assistência financeira, prêmios e títulos e créditos a receber, demais contas a receber e caixa e equivalentes de caixa, exceto os investimentos de curto prazo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

(i) Reconhecimento e mensuração

Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são contabilizados em contrapartida à conta específica do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que o Grupo tenha transferido, significativamente, todos os riscos e benefícios da propriedade. Tais ativos, subsequentemente, são contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado.

O valor justo é estabelecido com base em modelo de precificação desenvolvido pelo custodiante, que considera fatores de risco, incluído o risco de crédito do emissor.

(ii) Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(iii) Recuperabilidade de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

O Grupo avalia no final de cada período se há evidência de que a qualidade de crédito de um ativo ou grupo de ativos está deteriorada, e os prejuízos de *impairment* são incorridos como resultado de um evento de perda, o qual tem impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo ou grupo de ativos financeiros.

Os critérios que o Grupo adota para determinar se há evidência objetiva de perda por *impairment* incluem:

- dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- o grupo, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador do empréstimo, garante ao tomador uma concessão que o credor não consideraria;
- declaração de falência ou reorganização do tomador de serviço;
- desaparecimento de mercado ativo para o ativo financeiro;
- dados indicando que há redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados com base na carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial, incluindo: (i) mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira; (ii) condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

Mediante a avaliação da existência de evidência objetiva de perda por *impairment*, o Grupo mensura o prejuízo. Nesta circunstância o saldo contábil é reduzido ao seu valor recuperável e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado.

Se, em um período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após a perda por *impairment* ter sido reconhecida, a reversão da perda será realizada e registrada na demonstração do resultado.

A provisão para perdas sobre créditos é constituída segundo a análise das perdas prováveis sobre créditos a receber vencidos acima de 60 dias para contratos de pessoa jurídica. Foi avaliada a recuperabilidade (*impairment*) destes ativos em 30 de junho de 2021.

Mediante avaliações, o Grupo entende que provisão para perdas sobre créditos em consonância com determinações da SUSEP está adequada e reflete o histórico de perdas.

2.6 Ativos não circulantes

Realizável a longo prazo

É demonstrado pelos valores de realização ou liquidação, inclusos, quando aplicável, os rendimentos, encargos e as variações monetárias, auferidos até a data do balanço.

2.7 Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os ativos fiscais diferidos cuja dedutibilidade seja provável são reconhecidos com relação às diferenças temporárias tributáveis, ou seja, sobre as diferenças que resultarão em valores a serem excluídos no cálculo do resultado tributável do imposto de renda e da contribuição social de exercícios futuros, quando o valor contábil do ativo for recuperado. Basicamente constituído sobre diferenças temporárias relativas à provisão para perdas sobre créditos; contingências fiscais, previdenciárias, cíveis e trabalhistas e provisões diversas, conforme destacado na Nota 9.

Tributos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para serem utilizados na compensação das diferenças temporárias, com base na projeção de resultados futuros elaborados e fundamentados em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem sofrer alterações.

2.8 Depósitos judiciais

O Grupo reconhece como depósitos judiciais os bloqueios bancários transferidos para juízo, até o desfecho do processo relacionado, de acordo com as informações advindas do departamento jurídico.

2.9 Investimentos

Registrados pelo custo de aquisição, composto principalmente por ações da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT e obras de arte.

2.10 Imobilizado

Registrado pelo custo de aquisição, composto principalmente por equipamentos e móveis e utensílios.

As depreciações foram efetuadas pelo método linear, levando-se em consideração o prazo de vida útil dos bens às taxas anuais de 4% para imóveis, 10% para móveis e utensílios, 20% para equipamentos de processamento de dados.

2.11 Intangível

Registrado pelo custo de aquisição e amortizado pelo método linear, levando-se em consideração o prazo determinado pela legislação vigente. Este grupo está representado por licenças de sistemas aplicativos.

As licenças de *softwares* adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável até cinco anos.

2.12 Contratos de arrendamento

Arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais (líquidos de quaisquer incentivos recebidos do arrendador) são reconhecidos na demonstração do resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento.

O Grupo arrenda certos bens como diversos andares e lojas de prédio comercial para sua área administrativa e operacional. Em geral, os contratos de aluguel são realizados por períodos fixos de 24 meses a 5 anos, porém eles podem incluir opções de prorrogação. Os arrendamentos, nos quais o Grupo detém, substancialmente, todos os riscos e benefícios da propriedade, são classificados como arrendamentos financeiros. Estes são capitalizados no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento.

Cada parcela paga do arrendamento é alocada, parte ao passivo e parte aos encargos financeiros, para que, dessa forma, seja obtida uma taxa constante sobre o saldo da dívida em aberto. As obrigações correspondentes, líquidas dos encargos financeiros, são incluídas em outros passivos a longo prazo. Os juros das despesas financeiras são reconhecidos na demonstração do resultado durante o período do arrendamento, para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período. Os bens adquiridos por meio de arrendamentos financeiros são depreciados durante a vida útil do ativo. IFRS 16 (CPC 06 (R2)) – A norma CPC 06 (R2) estabeleceu os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo de balanço patrimonial. A norma inclui duas isenções de reconhecimento para os arrendatários – arrendamentos de ativos de “baixo valor” (por exemplo, computadores pessoais) e arrendamentos de curto prazo (ou seja, arrendamentos com prazo de 12 meses ou menos).

Na data de início de um arrendamento, o arrendatário reconhece um passivo para efetuar os pagamentos (um passivo de arrendamento) e um ativo representando o direito de usar o ativo objeto durante o prazo do arrendamento (um ativo de direito de uso). Os arrendatários devem reconhecer separadamente as despesas com juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação do ativo de direito de uso. A adoção inicial do CPC 06 (R2) em 01 de janeiro de 2021, resultou nos seguintes reconhecimentos contábeis da Controlada na data base de 31 de dezembro de 2021:

Ativo não circulante

Outros valores e bens

Ativo de direito de uso	10.158
Depreciação acumulada de ativo de direito de uso	(2.094)
Total do ativo	8.064

Passivo circulante

Outros débitos

Passivos de arrendamento	2.799
Juros a apropriar de contratos de arrendamento	(708)

Passivo não circulante

Outros débitos

Passivos de arrendamento	7.061
Juros a apropriar de contratos de arrendamento	(828)

Total do passivo

Total do passivo	8.324
-------------------------	--------------

2.13 Contratos de seguros

O Grupo classifica todos os contratos de seguros com base em análise de transferência de risco significativo de seguro entre as partes, considerando, adicionalmente, todos os cenários com substância comercial em que o evento segurado ocorre comparado com cenários em que o evento segurado não ocorre. Em geral, o Grupo define como risco significativo de seguro a possibilidade de incorrer em sinistralidade superior às mensalidades pagas pelo participantes. Contratos de investimento são aqueles contratos que não transferem risco de seguro ou transferem risco de seguro insignificante.

2.14 Avaliação de passivos originados de contratos de seguro (controlada)

Passivos de contratos de seguros

As provisões técnicas, calculadas pelo Atuário Responsável Técnico, visam dar garantia às operações de seguros de pessoas e de previdência complementar, e são constituídas em consonância com os normativos em vigor, emitidos pelo Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP e pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, cujos critérios, parâmetros e fórmulas são documentados em Notas Técnicas Atuariais (NTA) e submetidos à Auditoria Atuarial Independente nas datas base de dezembro de cada ano, além de serem fiscalizadas de forma contínua pela SUSEP. As principais definições aplicáveis aos ramos de seguros pela Seguradora, em relação ao provisionamento de 31 de dezembro de 2021, são as seguintes:

Seguros de Pessoas e Previdência Complementar Aberta

Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG): constituída com base na formulação de cálculo constante dos normativos SUSEP, tem por objetivo dar cobertura aos valores a pagar relativos a sinistros e despesas a ocorrer, a qual é calculada de modo a considerar a parcela de prêmios não ganhos relativos ao período de cobertura dos riscos em vigor, assumidos e emitidos no mês de sua constituição ou a eles relacionados.

Provisão de Prêmios Não Ganhos para Riscos Vigentes e Não Emitidos (PPNG/RVNE): constituída conforme Nota Técnica Atuarial – NTA específica, cujo objetivo é dar cobertura aos riscos em vigor de prêmios ainda não emitidos pela Seguradora. Seu valor corresponde a uma estimativa média dos valores calculados de PPNG, tomando por base os dados de prêmios emitidos em atraso dos últimos 3 (três) meses imediatamente anteriores à data base de cálculo, alocados pela sua devida competência atuarial.

Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL): constituída conforme NTA específica, com o objetivo de dar cobertura aos sinistros avisados e ainda não liquidados, cuja metodologia está segregada entre sinistros administrativos e judiciais. No caso das demandas judiciais, o critério está vinculado aos riscos de perda das ações e estimativas de desembolsos, conforme classificação e acompanhamento de sua área jurídica.

Provisão de IBNER: constituída com o objetivo de ajuste do saldo da PSL, quando necessário, em função dos sinistros ocorridos e não suficientemente avisados, cuja necessidade é verificada por metodologia balizada nos resultados dos testes de consistência da PSL, priorizando a observação de períodos mais pretéritos, devidamente previsto em Nota Técnica Atuarial.

Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Avisados (IBNR): constituída conforme NTA específica, com o objetivo de dar cobertura ao montante esperado de sinistros ocorridos e não avisados até a data base de cálculo. A metodologia para **seguros de pessoas** está baseada na estimativa dos percentuais médios de atraso, obtidos através do triângulo de *Run-Off*, relativo a modalidade de IBNR Puro (valores não avisados), considerando uma base de dados entre

as datas de aviso e ocorrência, conforme a característica de cada ramo. A metodologia para **planos de pecúlio** segue o modelo clássico do triângulo de *Run-Off*, que considera os dados de avisos e ocorrências dos sinistros ocorridos nos últimos 48 meses, cujo valor constituído refere-se à média dos valores apurados nos “n” últimos meses. O modelo permite que a IBNR constituída esteja aderente aos resultados dos testes de consistências.

Provisão de Resgates e Outros Valores a Regularizar (PVR): constituída conforme NTA específica, com o objetivo de dar cobertura aos valores destinados a devoluções de prêmios e resgates a regularizar, cuja metodologia está segregada entre provisão administrativos e judiciais.

Provisão de Despesas Relacionadas (PDR): constituída conforme NTA específica, com o objetivo de dar cobertura às despesas relacionadas ao pagamento de indenizações com sinistros, inclusive na esfera judicial, cuja metodologia está segregada entre sinistros ocorridos e a ocorrer, administrativos e judiciais.

Provisão de Excedentes Técnicos (PET): constituída exclusivamente em **seguros de pessoas coletivo**, conforme NTA específica, com o objetivo de dar cobertura aos valores destinados à distribuição de excedentes, decorrentes de superávits técnicos na operacionalização dos contratos de seguros que prevejam especificamente a cláusula de distribuição de excedente técnico.

Provisão Complementar de Cobertura (PCC): será constituída quando for constatada insuficiência nas provisões técnicas, conforme valor apurado no Teste de Adequação de Passivos – TAP, de acordo com as determinações especificadas na regulamentação em vigor, cujos resultados apurados na presente data base demonstram a necessidade de constituição de PCC-PMBC para os planos de renda em previdência complementar.

Provisão Matemática de Benefícios Concedidos (PMBC): constituída exclusivamente para **planos de previdência complementar**, cujo valor corresponde aos compromissos assumidos com beneficiários que se encontram em gozo de benefícios de renda, cujo objetivo é dar cobertura ao pagamento destes compromissos. Os parâmetros de cálculo consideram a tábua AT-1949 para o plano de aposentadoria e CSO-1958 para pensão. Para ambos os planos se utiliza o método prospectivo e a taxa de juros de 6% ao ano ou sua equivalente mensal de 0,4867551%.

Teste de Adequação dos Passivos (LAT - Liability Adequacy Test)

Conforme requerido pelo CPC 11 a previsto no normativo em vigor pela SUSEP, em cada data de balanço a Seguradora elabora o teste de adequação dos passivos para todos os contratos vigentes na data de sua execução. Este teste é realizado considerando-se como valor líquido contábil todos os passivos de contratos de seguro permitidos segundo o CPC 11, deduzidos, se for o caso, dos ativos intangíveis e dos custos de aquisição diferidos diretamente relacionados às provisões técnicas, em conformidade com as normas específicas. Para realização do teste, a Seguradora elaborou uma metodologia que considera a sua melhor estimativa de todos os fluxos de caixa futuros, que também incluem as despesas incrementais e de liquidação de sinistros, utilizando-se de premissas correntes para aplicação. Para determinação das estimativas dos fluxos de caixas futuros, os contratos são agrupados em função de similaridades (ou características de risco similares), e, consequentemente, de como os respectivos riscos de seguro são gerenciados pela administração, cujos valores são trazidos à data presente a partir de premissas de taxas de juros livres de risco, de onde se calcula o resultado parcial de cada um destes grupos, e, consequentemente, se extrai o resultado final do TAP. Para os produtos de previdência também classificados como contratos de seguro, cuja grande concentração está nos planos de pecúlio/RS, tendo apenas riscos residuais nos benefícios de renda, a Seguradora elaborou uma metodologia que leva em consideração elementos que impactam diretamente o fluxo de caixa dos referidos contratos, tais como, taxas de sobrevivência/mortalidade, estatísticas de cancelamento e opções de resgate.

Os resultados e as conclusões em relação aos testes realizados na data base de 31 de dezembro de 2021 estão expostos na Nota 18.4.

2.15 Obrigações a pagar

São obrigações a liquidar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, são apresentados como passivo não circulante. São, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado com o uso da taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidos ao valor da fatura correspondente. Os demais passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e calculáveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias (em base “pro - rata”).

2.16 Impostos e contribuições

(a) Imposto de renda e contribuição social

As provisões para o imposto de renda e contribuição social sobre o lucro foram constituídas com base no Lucro Líquido Ajustado, de acordo com a legislação vigente, à taxa nominal de 15%, acrescida do adicional de 10% para o imposto de renda e à taxa nominal de 15% para a contribuição social. Em 14 de julho de 2021, entrou em vigor a Lei nº 14.183/21 que altera a Lei nº 7.689/88, que instituiu a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), a qual elevou a alíquota dessa contribuição de 15% para 20% nas pessoas jurídicas de seguros privados, durante o período de 1º de julho de 2021 a 31 de dezembro de 2021.

(b) Demais obrigações

Incluem as provisões para o Programa de Integração Social (PIS), e para a Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) os quais são calculados com base nos critérios estabelecidos pela legislação vigente. A provisão para PIS é constituída à alíquota de 0,65% e a COFINS à alíquota de 4,0%, ambas sobre o os prêmios de seguros e previdência deduzidos de eventos indenizáveis.

2.17 Provisões contingentes e obrigações legais

Provisões contingentes são constituídas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos internos e externos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Para os processos de natureza cível utiliza-se o método de melhor estimativa, considerando-se as médias de valores pagos, o período de apuração dos pagamentos e o seu objeto processual. Os demais passivos contingentes classificados como perda possível não são registrados, mas são divulgados em nota explicativa e os assuntos classificados como perda remota não são provisionados, porém são divulgados pela administração quando relevantes.

As obrigações legais são provisionadas independentemente da opinião de êxito dos assessores jurídicos.

2.18 Reconhecimento das receitas e despesas

As receitas e despesas são registradas de acordo com o regime de competência.

- Os prêmios de seguros e as despesas de comercialização contabilizados por ocasião da emissão da apólice futura ou por estimativa nos casos em que o risco coberto somente é conhecido após o decurso do período de cobertura, são reconhecidos nas contas de resultado pelo valor proporcional ao prazo de vigência da apólice.
- As contribuições de previdência são reconhecidas de acordo com a emissão do certificado ou a vigência do risco para os casos em que o risco se inicia antes da sua emissão e ajustadas por meio da variação das provisões.
- As operações de retrocessões são registradas em função dos valores informados pelo Instituto de Resseguros do Brasil-IRB, abrangendo prêmios e provisão de sinistros a liquidar.
- As receitas de assistência financeira a participantes são reconhecidas de acordo com o prazo de vigência do contrato.
- As despesas com provisões técnicas de previdência são contabilizadas simultaneamente ao reconhecimento das correspondentes receitas.

2.19 Benefícios a empregados

As provisões trabalhistas, principalmente relativas às férias e aos respectivos encargos sociais, são calculadas e registradas segundo o regime de competência. O Grupo não concede plano de pensão ou outros benefícios pós-emprego, nem remuneração baseado em ações. Ainda aos colaboradores desligados por iniciativa da empresa é permitida a continuidade no plano de saúde, limitado a dois anos, com custo integral por parte do ex-colaborador.

2.20 Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras, com base no Estatuto Social da Companhia e de sua Controlada. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral.

O benefício fiscal dos juros sobre o capital próprio é reconhecido na demonstração do resultado.

2.21 Novas normas e interpretações ainda não adotadas

As novas normas e interpretações emitidas, mas que ainda não entraram em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras do Grupo, estão descritas a seguir:

Normas que entrarão em vigor nos exercícios seguintes:

IFRS 9 (CPC 48) – Substitui as orientações existentes no CPC 38 e introduz novas exigências sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, incluindo novo modelo de perda por redução ao valor recuperável e contabilização de hedge.

IFRS 17 (CPC 50) – Substitui a orientação que existe atualmente sobre o reconhecimento das operações de Seguros.

IFRS 23 (ICPC 22) – Incerteza sobre o Tratamento de Tributos sobre a Renda – Essa interpretação esclarece como mensurar e reconhecer ativos e passivos de tributos sobre o lucro (IR/CS) correntes e diferidos, à luz do IAS 12/ICPC 32, nos casos em que existe incerteza sobre tratamentos aplicados nos cálculos dos respectivos tributos.

Resolução CNSP 432/2021 – Substitui a Resolução CNSP 321/2015.

Circular Susep 648/2021 – Substitui a Circular Susep 517/2015.

O Grupo pretende adotar essas normas e novas interpretações, quando entrarem em vigor e forem referendadas pelo órgão regulador.

Tendo em vista que algumas normas citadas acima não foram aprovadas pela SUSEP, não obrigatórias para a preparação das demonstrações financeiras do exercício corrente.

» CONTINUA

CONTINUAÇÃO

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A elaboração de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração use de julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Os ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas envolvem, dentre outros, imposto de renda e contribuição social diferidos, avaliação sobre a recuperação dos valores registrados nas provisões para contingências. A liquidação das transações que envolvem essas estimativas poderá ser efetuada por valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. O Grupo revisa essas estimativas e premissas periodicamente.

(a) Estimativas e julgamentos utilizados na avaliação de passivos de seguros

O componente onde a administração mais exerce seu julgamento e se utiliza de estimativas, é na constituição dos passivos de seguros do Grupo, especialmente os judiciais, os quais são administrados pela área jurídica interna. Existem diversas fontes de incertezas que precisam ser consideradas na estimativa dos passivos que o Grupo liquidará em última instância, a qual utiliza todas as fontes de informações internas e externas disponíveis, considerando a experiência passada e os indicadores que possam influenciar nas tomadas de decisões da área jurídica, da administração, dos atuários e de seus especialistas para a definição de premissas atuariais e da melhor estimativa de valor para liquidação dos sinistros de cujos contratos o evento segurado já tenha ocorrido, bem como para liquidação das solicitações de devoluções de contribuições e de resgates. Como consequência, para tais obrigações, os valores provisionados podem diferir dos valores efetivamente liquidados em datas futuras. Vide política contábil divulgada na Nota 4.1 sobre gestão de risco de seguro e análises de sensibilidade das principais premissas utilizadas na avaliação destes passivos.

(b) Estimativas e julgamentos utilizados na avaliação de provisões ativas e passivas contingentes

O Grupo é parte em demandas judiciais envolvendo as áreas cíveis, fiscais e trabalhistas, as quais são consideradas para elaboração das demonstrações financeiras, em conformidade com as normas contábeis vigentes. Os critérios utilizados pela administração do Grupo para a contabilização das demandas observam as evidências fáticas, legais e jurisprudenciais para a correta classificação e mensuração do risco econômico envolvido em cada demanda judicial, levando-se em consideração, ainda, os estudos e pareceres elaborados pela assessoria jurídica do Grupo em conjunto com profissionais especializados.

(c) Provisão (Impairment) para riscos de crédito sobre assistência financeira

A administração usa estimativas baseadas no histórico de perda em ativos com características de risco de crédito e evidência objetiva de impairment similar aos da sua carteira para projetar os fluxos de caixa futuros. A administração examina sua carteira de assistência financeira com o objetivo de avaliar possíveis perdas, pelo menos a cada mês.

4 Gerenciamento de riscos

Os principais riscos decorrentes dos negócios do Grupo são os riscos de mercado (taxa de juros), de crédito, de liquidez, de risco de seguros e de risco de capital. O gerenciamento desses riscos envolve diferentes departamentos, e contempla uma série de políticas e estratégias de alocação de recursos consideradas adequadas pela administração.

4.1 Gestão de risco de seguro (controlada)

A Seguradora atua junto ao mercado com produtos de seguro de pessoas, na modalidade coletiva, e planos de previdência complementar aberta, em especial o pecúlio, os quais são direcionados para pessoas físicas, jurídicas e empresas públicas, cujo objetivo é atender seu público-alvo, inclusive por meio de assistência financeira. Seu modelo é tido como de baixo risco, considerando as taxas de sinistralidades aferidas por seus produtos.

Nos seguros coletivos de Acidentes Pessoais-APC e Vida, opera basicamente com contratos de vigência anual, assim como no Funeral, entretanto as renovações dos seguros APC estão seguindo, precipuamente, prazos quinzenais.

As políticas de subscrição de riscos são definidas pela diretoria, com apoio do departamento técnico, que atuam de forma centralizada, onde os setores técnicos, sinistros e benefícios são os responsáveis em auxiliar na identificação, monitoramento e mitigação destes riscos de subscrição.

A Seguradora vem operando resseguro na modalidade "quota-parte" junto aos ramos APC e Funeral, por período indeterminado, junto à resseguradora admitida SCOR Brasil Resseguros S.A, categoria de risco AA-, de acordo com avaliação da Standard&Poor's, cujo volume é imaterial frente a totalidade de sua carteira. Sua operação está ativa com a Zurich Minas Brasil Seguros S.A, na modalidade de cosseguro cedido, onde cada parte é responsável direta por uma "quota-parte" determinada de 50% do valor do seguro, sem entrada de novos clientes desde início de 2020. A Seguradora vem ampliando o seu portfólio de produtos, sem cosseguro e sem resseguro, ofertando diversas coberturas de seguro de pessoas e ampliando o leque de serviços de assistência complementares ao seguro.

A Seguradora define risco de seguro como aquele transferido por qualquer contrato onde haja a possibilidade futura de que o evento de sinistro ocorra, podendo haver, inclusive, oscilação e incerteza sobre o valor da indenização resultante deste evento. Para a quase totalidade dos seus contratos de seguro, cujos riscos são incertos, onde a teoria da probabilidade é aplicada para a precificação e provisionamento, a Seguradora entende que o principal risco deles é aquele proveniente dos sinistros avisados, em situações em que os pagamentos das indenizações resultantes desses eventos possam exceder ao valor contábil de seus passivos atuariais. Essas situações são possíveis quando a ocorrência de sinistros superar as estimativas previstas na metodologia de cálculo das provisões, ou oriundo de ações judiciais, quando a Seguradora é compelida a pagar indenizações maiores que o valor contratado ou que a sua previsão inicial. O histórico demonstra que, quanto maior o grupo de contratos de riscos similares, menor seria a variabilidade sobre os fluxos de caixa que a Seguradora incorreria para fazer face aos sinistros.

A sua estrutura de gestão de riscos considera a similaridade dos riscos transferidos pelos seus contratos nos ramos em que opera, bem como a experiência acumulada ao longo dos anos para lidar com os riscos ao qual está inserida, sendo que seus segmentos de gestão estão estruturados em Seguros de pessoas (ramos coletivos) e Previdência complementar. A Seguradora mantém-se atenta quanto ao treinamento geral a seus funcionários, principalmente no que tange aos aspectos de controles internos, e, em relação ao seu pessoal de vendas, procura monitorar a qualidade dos negócios propostos pelos corretores e escritórios regionais, a fim de avaliar e melhorar o seu desempenho.

Sobre os produtos:

(a) Seguros de pessoas - coletivos

A Seguradora tem sua força de operação fixada nos seguros de vida coletivos, que oferecem principalmente as coberturas de morte por acidente e morte por qualquer causa, concentradas nos ramos Acidentes Pessoais e Coletivos de Vida, além do Funeral.

(b) Previdência complementar

A Seguradora vem operando apenas com planos de pecúlio, estruturados em repartição simples (RS), os quais prevêm o IGP/M/FGV como indexador, carregamento de 30%, um deles estruturado com a tábuas SGB-75 e o outro com a CSO-80(M). A Seguradora, porém, possui riscos em vigor, mesmo que residuais, no plano de pensão referentes a contratos mais antigos. Os controles dos riscos de subscrição são os mesmos utilizados nas operações dos seguros de pessoas coletivos.

Concentração de risco e análise de sensibilidade

Seguros de pessoas coletivos: este segmento respondeu por 77,2% dos prêmios auferidos em 2021, com uma arrecadação na rubrica de prêmios diretos de R\$ 134,5 milhões, o qual havia atingido 79% no mesmo período de 2020, quando arrecadou R\$ 142 milhões. Esta carteira atingiu aproximadamente 404,2 mil vidas seguradas em 2021, destacando-se os ramos de Acidentes Pessoais Coletivos (0982) com 341,6 mil, Vida em Grupo com 1,2 mil e o Funeral com 61,2 mil vidas.

Previdência complementar: participou com 22,8% da arrecadação de 2021, quando obteve R\$ 29,6 milhões de contribuições arrecadadas, praticamente toda concentrada em pecúlio. Já em 2020 este segmento havia atingido 21,1% da arrecadação, que foi de R\$ 27,4 milhões. Em 31 de dezembro de 2021 havia 97,8 mil contratos vigentes no plano de Pecúlio, 96 no de Pensão e nenhum risco vigente no seguro de Vida Individual.

A garantia das operações vinculadas a todos os seus planos é dada pelas provisões constituídas, além da gestão técnica que é feita entre receitas e despesas, com vistas a manter-se o controle de suas obrigações com os sinistros. Esta política tem como característica principal o reinvestimento de recursos próprios em ativos do mercado financeiro, em modalidades conservadoras, bem como nos serviços de assistência financeira que são prestados aos participantes.

Em relação à receita de planos da Seguradora, os prêmios auferidos compreendem os prêmios de seguros emitidos, líquidos de cancelamentos, restituições e cessões de prêmios a congêneres. Abaixo se divulga a arrecadação de prêmios emitidos do grupo de Pessoas Coletivo, e de contribuições dos Planos de Previdência.

Grupos	Prêmios auferidos 2021	Prêmios auferidos 2020
Pessoas Coletivo	100.197	103.054
Previdência	29.619	27.408

Com vistas a se divulgar o parâmetro de concentração de riscos por região geográfica, considerou-se o agrupamento das UF's com base nas regiões constantes do normativo de Capital Mínimo Requerido, e se optou por apresentar a distribuição dos prêmios diretos e o respectivo percentual de risco de cada uma destas regiões, conforme quadro abaixo. A análise dos dados demonstra uma redução de 5,3% na arrecadação em relação ao mesmo período de 2020, cujos riscos estão totalmente concentrados na região Sul.

Distribuição por emissor do Risco	2021		2020	
	Prêmios Diretos	Concentração de Risco	Prêmios Diretos	Concentração de Risco
Região 8 (RS, SC e PR)	134.493	100,00%	140.434	98,9%
Demais Regiões do Brasil	0	0,00%	1.603	1,1%
Total	134.493	100,00%	142.037	100,0%

Análise de Sensibilidade

Com o objetivo de analisar a sensibilidade nos resultados da Seguradora, frente à oscilação em algum de seus parâmetros técnicos, optou-se em realizar o teste junto à premissa de sinistros, verificando seu impacto no resultado e no patrimônio líquido contábil de 31 de dezembro de 2021, pois índice de conversibilidade, taxa de juros, inflação e excedente financeiro, considerando a característica dos planos em operação, não se aplicam com a relevância requerida para este contexto. Segue os índices de sinistralidade observados em 2021 e 2020:

Grupos	2021	2020
Pessoas Coletivo	6,79%	5,19%
Plano de Pecúlio	33,70%	20,56%

Para o teste de sensibilidade, considerando-se o histórico dos últimos períodos, vamos agravar em 10% as rubricas contábeis de despesas com sinistros de Pessoas Coletivo e de Pecúlio, considerando que os parâmetros atingidos em 2021 já foram mais elevados do que em períodos anteriores, verificando, a partir destes agravos, os reflexos no resultado e no patrimônio líquido, líquidos dos efeitos tributários:

Premissas dos testes de sensibilidade	Impacto no resultado e no patrimônio líquido	
	2021	2020
Agravamento de 10% nos sinistros de Pessoas Coletivo	(341)	(1.062)
Agravamento de 10% nos benefícios de Pecúlio	(650)	(734)

O processo utilizado pela Administração para determinação das premissas atuariais e financeiras, consiste na identificação do risco que se pretende segurar e do valor máximo em risco, além da observação dos dados necessários para fins de tarifação e subscrição, considerando: a utilização de Tábuas Biométricas aprovadas pela legislação e o fato de que a base de dados é composta por informações referentes a um período concernente com as apólices com riscos em vigor.

Com vistas a se verificar os reflexos do teste de sensibilidade nos resultados do TAP, recalculou-se os fluxos novamente, considerando os parâmetros de agravamento da sinistralidade mencionados, cujos grupos mais sensíveis a oscilações seriam os de Seguros e Pecúlio - Eventos Não Ocorridos de Prêmios Registrados e Prêmios Não Registrados, os quais apresentaram os resultados da tabela a seguir:

GRUPOS	VP dos fluxos de caixa do TAP normal	Recálculo do VP dos fluxos de caixa Sensibilidade	Provisões técnicas em 31/12/2021	Comissões diferidas e/ou ativos intangíveis	Recálculo dos Resultados Vls p/R\$ 1.000
Seguros Eventos Não Ocorridos PR	19	20	461	6	(435)
Pecúlio Eventos Não Ocorridos PR	1.533	1.685	1.956	0	(271)
Pecúlio Eventos Não Ocorridos PR	889	978	2.840	0	(1.862)
Seguros + Pecúlio Eventos Não Ocor PR	2.441	2.683	5.257	6	(2.568)
Seguros Eventos Não Ocorridos PNR	(60.215)	(59.495)	0	0	(59.495)
Pecúlio Eventos Não Ocorridos PNR	1.860	5.492	0	0	5.492
Pecúlio Eventos Não Ocorridos PNR	(13.022)	(10.674)	0	0	(10.674)
Seguros + Pecúlio Eventos Não Ocor PNR	(71.377)	(64.677)	0	0	(64.677)

Como conclusão do teste de sensibilidade, o VP resultante do recálculo dos fluxos de caixa do TAP sofreria um incremento de R\$ 242 mil (Seguros e Pecúlios de Eventos Não Ocorridos - PR) e de R\$ 6,7 milhões (Seguros e Pecúlios de Eventos Não Ocorridos - PNR) em relação ao VP das projeções normais, entretanto, conforme o quadro acima, mesmo que ocorressem tais agravamentos, não seria necessário se estabelecer provisionamento complementar para os respectivos grupos testados acima.

4.2 Gestão de riscos financeiros

A gestão de riscos financeiros compreende as seguintes categorias: a) risco de mercado, que é aquele associado à possibilidade de ocorrência de perdas devidas a oscilações nos preços de mercado das posições mantidas em carteira; b) risco de liquidez, que está relacionado à eventual indisponibilidade de recursos de caixa para fazer frente a obrigações futuras do Grupo; c) risco de crédito associado à possibilidade de descumprimento de um contrato nos termos em que tenha sido firmado entre as partes.

(a) Risco de mercado

O risco de mercado é a possibilidade de perda decorrente das oscilações nos valores de mercado, tais como preços, índices e taxas sobre os descaamentos de prazos, moedas e indexadores de carteiras. O processo de gestão e controle de risco é submetido periodicamente à avaliação e revisão. A ferramenta de análises usada pelo Grupo está entre os principais métodos amplamente difundidos no mercado, sendo ele: Metodologia do Stress Test do Sistema Sophis: O stress determinista utiliza cenários de níveis de taxa pré, cupom cambial, ações, entre outros fatores de risco. A projeção do mercado é estabelecida em função das curvas de taxa pré, cupom cambial, cupom de TR, projeções de preços, etc. A metodologia utilizada para o cálculo do Stress Test utiliza um histórico de 180 dias úteis para séries de preços dos ativos e adota o percentual de 95%.

Para o cálculo do Value At Risk (VAR) e Stress das carteiras da Sabemi, as equipes de Risco dedicadas do Itaú Asset e XP Investimentos, estabelecem cenários internos próprios para determinados fatores de risco.

Na aplicação no Fundo RESTEC do Itaú, percebe-se, pelos dados abaixo, uma baixa utilização dos limites estipulados para a carteira. Obtivemos VAR PL diário de 0,011% com base em consumo limite de 7,07% e Stress PL diário de -0,060% com consumo limite de 5,99%. A atual composição da carteira é composta por quotas de fundos de investimento.

Na aplicação para o Fundo XP Reserva Técnica, por ser composto em sua totalidade somente por LFTs e caixa, o VaR calculado para o fundo é zero pois no modelo adotado para cálculo de volatilidade, o EWMA, que dá peso maior às oscilações mais recentes dos fatores de risco, não tem detectado oscilações significativas nos fatores de risco atrelados às taxas de ágio e deságio das LFTs presentes no fundo atualmente, o Stress Test também não contempla choques nas taxas de ágio/deságio em LFTs.

Sabe-se que o mercado dispõe de outras metodologias de análise de stress. Entretanto, devido às características das carteiras da Seguradora na data em questão, julgou-se o teste de stress realizado pelo Sistema Sophis como o mais adequado para o cálculo de risco do Fundo.

(b) Risco de liquidez

O risco de liquidez é a possibilidade de desequilíbrio entre os ativos negociáveis e os passivos exigíveis. Este descaamento pode vir a comprometer a capacidade de pagamento do Grupo.

A gestão do risco de liquidez tem como principal objetivo monitorar os diferentes prazos de liquidação de seus direitos e obrigações, garantindo desta forma a realização dos eventos financeiros. A previsão de fluxo de caixa do Grupo é realizada pelo Departamento Financeiro. Este departamento administra diariamente a liquidez de caixa com base em premissas estabelecidas de desembolsos e recebimentos.

(c) Gestão de risco de crédito

Risco de crédito é o risco de perda de valor de ativos financeiros como consequência de uma contraparte no contrato não honrar a totalidade ou parte de suas obrigações para com o Grupo. A política de assistência financeira do Grupo considera o nível de risco de crédito a que está sujeito as peculiaridades que envolvem o crédito consignado, tais como a diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, garantia de desconto em folha de pagamento e averbação online. Além disso, os prazos de financiamento de vendas por segmento de negócios e limites individuais de posição são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em operações de assistência financeira. A metodologia de apuração da provisão para perdas sobre créditos está descrita na Nota 6.4.4.

4.3 Gestão de risco de capital (Controlada)

A Seguradora executa suas atividades de gestão de risco de capital por meio de um modelo de gestão centralizado, com o objetivo primário de atender aos requerimentos de capital mínimo regulatório para o segmento, segundo critérios de exigibilidade de capital determinados pelo CNSP e SUSEP. A estratégia e o modelo utilizados pela Administração consideram ambos "capitais regulatórios" e "capital econômico" de acordo com a visão de gestão de risco de capital adotada pela Seguradora.

A estratégia de gestão de risco de capital é maximizar o valor do capital da Seguradora mediante a otimização do nível e da diversificação das fontes de capital disponíveis. As decisões sobre a alocação dos recursos de capital são conduzidas como parte da revisão do planejamento estratégico periódico da Seguradora.

Os principais objetivos da Seguradora em sua gestão de capital são: (i) manter níveis de capital suficientes para atender aos requerimentos regulatórios mínimos determinados pelo CNSP e SUSEP e (ii) otimizar retorno sobre capital para os acionistas.

Durante o período de reporte, e em períodos anteriores, a Seguradora manteve níveis de capital acima dos requerimentos mínimos regulatórios.

No primeiro semestre de 2021, como já explanado na Nota explicativa 2.1, através do Ofício Eletrônico Nº 4/2021/CFIP2/CGFIP/DIR4/SUSEP, o órgão regulador determinou a reversão de todas as receitas e despesas registradas nas operações de securitização, determinando seu diferimento no prazo remanescente dos recebimentos dos créditos. O registro das despesas foi reclassificado como Despesas Antecipadas, impactando substancialmente os Ajustes contábeis, considerados no cálculo do Patrimônio líquido ajustado (PLA) em 31 de dezembro de 2020 (Reapresentado), resultando em uma insuficiência de PLA, absolutamente excepcional e em decorrência dos ajustes recomendados pela Susep.

Adequação de capital (Controlada)

Conforme Resolução CNSP nº 432/21 segue demonstrado abaixo o cálculo de adequação do capital, da Seguradora, apurado em 31 de dezembro de 2021:

	2021	Reapresentado 2020
Patrimônio Líquido	65.334	70.628
(-) Participação em sociedades financeiras e não financeiras	(244)	(243)
(-) Despesas antecipadas	(16.615)	(92.958)
(-) Créditos tributários de diferença temporárias	(3.007)	(3.283)
(-) Ativos intangíveis	(105)	(179)
(-) Obras de arte (Outros investimentos)	(32)	(32)
(-) Ajustes contábeis	(20.003)	(96.695)
(+) Superávit de fluxos prêmios/cont. não registrado apurado no TAP	3.029	5.266
(+) Superávit entre provisões e fluxo realista de prêmios/cont. registradas	1.546	1.731
(-) Ajustes associados à variação dos valores econômicos	4.575	6.997
PLA de nível 1	40.022	
PLA de nível 2	4.575	
PLA de nível 3	5.309	
PLA – soma de PLA nível 1 + PLA nível 2 + PLA nível 3 (i)	49.906	
(-) Ajuste de excesso de PLA de Nível 2 e PLA de Nível 3 (ii)	(803)	
PLA (total) aceito para cobertura do CMR – soma de (i) e (ii)	49.103	(19.070)

Capital Mínimo Requerido (CMR)

a) Capital base (I)	8.100	15.000
b) Capital de risco (CR)	30.043	83.222
(+) Capital adicional de risco de subscrição	21.053	22.133
(+) Capital adicional de risco de crédito	5.121	64.787
(+) Capital adicional de risco operacional	324	326
(+) Capital adicional de risco de mercado	12.132	13.240
(-) Benefício da correlação entre os capitais	(8.587)	(17.264)
Capital mínimo requerido (maior entre a e b)	30.043	83.222

CMR coberto pelo PLA de nível 1 (deve ser no mínimo 50% do CMR)	30.043	0
Suficiência/Insuficiência de PLA	19.060	(102.292)

Conforme demonstrado acima, em dezembro de 2020 a Sabemi Seguradora demonstrou insuficiência de PLA no montante de R\$ 102.292. Essa insuficiência é oriunda da exigência da Susep do diferimento de despesas com assistência financeira, que gerou uma despesa antecipada de R\$ 92.958, que afeta negativamente o cálculo do PLA, bem como o reconhecimento dos ativos de direitos creditórios cedidos que afetam o risco de crédito da seguradora e como consequência, o aumento do capital de risco. Por outro lado, como o limite de eventuais perdas no processo de securitização é o montante das cotas subordinadas existentes em 31 de dezembro de 2020 no valor de R\$ 123.263 mil e estas estavam registradas em empresas do Grupo Sabemi consideradas como partes relacionadas e não na Sabemi Seguradora (entidade que reporta), se estas fossem levadas em consideração no cálculo do Patrimônio líquido ajustado (PLA) o mesmo ficaria positivo em R\$ 104.193 mil e a suficiência do PLA ficaria em R\$ 20.971 mil. Da mesma forma, em decorrência da recomendação da Susep de reconhecer os direitos creditórios securitizados com retenção de riscos, no cálculo do Patrimônio líquido ajustado (PLA) levou-se em consideração apenas os direitos creditórios securitizados, contudo sem levar em consideração as fontes de financiamentos que suportaram o surgimento destes créditos – registrados como Receitas Antecipadas no valor de R\$ 93.677 mil. Se as mesmas fossem levadas em consideração o Patrimônio líquido ajustado (PLA), em 31 de dezembro de 2020, seria de R\$ 74.607 mil.

5 Caixa e Equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Caixa	-	-	6	5
Depósitos bancários à vista	52	260	3.415	11.454
Equivalente de caixa (i)	-	-	16.527	35.932
	52	260	19.948	47.391

(i) Refere-se a cotas de fundos de investimentos, com liquidez diária. São fundos constituídos, na maioria, por títulos públicos.

6 Ativos financeiros

6.1 Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado (Consolidado)

O custo atualizado (acrescido dos rendimentos auferidos) e o valor de mercado das aplicações financeiras classificadas como títulos para negociação são os seguintes:

	2021		2020	
	Custo atualizado	Valor de mercado	Custo atualizado	Valor de mercado
Cotas de fundos de Investimento (a)	30.698	30.698	31.804	31.804
Total de títulos para negociação	30.698	30.698	31.804	31.804

Em 31 de dezembro de 2021 o Grupo não possuía operações com instrumentos financeiros derivativos com propósito especulativo.

(a) Cotas de Fundos de Investimento

	2021	2020
Cotas de fundos de investimento		
Winnetou FI RF Fator (I)	-	82
Itaú Restec TP RF Aberto	15.359	31.722
XP Reserva Técnica FI RF	15.359	-
	30.698	31.804

A expectativa de remuneração das cotas de fundo de investimento é de 100% do CDI. (i) Referem-se a aplicações financeiras bloqueadas por decisão judicial, portanto classificadas no ativo não circulante.

6.1.1 Abertura da carteira por prazo de vencimento:

Ativo financeiro	2021	2020
Cotas de Fundos de Investimento		
Sem vencimento	30.698	31.804
	30.698	31.804

De acordo com normatização da SUSEP (Circular 517/15 e alterações posteriores), os títulos e valores mobiliários classificados como para negociação (ativos financeiros a valor justo por meio do resultado), são registrados no ativo circulante, independentemente do seu prazo de vencimento.

6.2 Ativos financeiros disponíveis para venda (Consolidado)

Não há cotas subordinadas ordinárias emitidas pelo fundo de investimentos em direitos creditórios em 2021.

(a) FIDC Angá Sabemi Consignados XI

No 1º semestre de 2021 foi constituído através do instrumento particular de contrato de promessa de cessão e aquisição de direitos creditórios e outras avenças, o Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Angá Sabemi Consignados XI (Cessionário), juntamente com a Angá Administração de Recursos Ltda. (Gestor), Sabemi Seguradora S.A. (Cedente), Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (Administradora) e Banco Itaú BBA S.A. (Distribuidor). A Seguradora participava no Patrimônio do FIDC Angá Sabemi Consignados XI, com 25% das cotas subordinadas ordinárias emitidas. O Fundo iniciou suas atividades em maio de 2021. Em novembro de 2021 foram vendidas para terceiros todas as quotas zerando a participação da Sabemi Seguradora nesse fundo.

Movimentação das cotas:

Fundo	Saldo líquido quotas em 31/12/2020	Aquisição	Venda	Saldo líquido quotas em 31/12/2021
FIDC Angá Sabemi XI	-	18.456	18.456	-
Total	-	18.456	18.456	-

6.3 Informações adicionais das aplicações financeiras (Consolidado)

6.3.1 Estimativa de valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*), esteja próxima de seus valores justos. O Grupo classifica as mensurações de valor justo usando uma hierarquia de valor justo que reflete a significância dos *inputs* usados no processo de mensuração. A hierarquia do valor justo tem os seguintes níveis:

- (a) (Nível 1) preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos;
- (b) (Nível 2) *inputs* diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços);
- (c) (Nível 3) técnicas de avaliação, para as quais, qualquer *input* significativo não se baseia em dados de mercado observáveis.

O Grupo possui como política de gestão de risco financeiro, a contratação de produtos financeiros disponíveis no mercado brasileiro, cujo valor de mercado pode ser mensurado com confiabilidade, visando alta liquidez para honrar suas obrigações futuras e como uma política prudente de gestão de risco de liquidez.

A tabela a seguir apresenta os ativos financeiros detidos pela Seguradora mensurados a valor justo:

	2021	2020
	Nível 2	Nível 2
Ativos mensurados a Valor Justo		
Cotas de Fundos de Renda Fixa	30.698	31.804
	30.698	31.804

O Grupo não possui instrumentos financeiros classificados nos Níveis 1 e 3 da hierarquia do valor justo.

6.3.2 Movimentação das aplicações

A movimentação das aplicações financeiras demonstra-se como segue:

	2021	2020
Saldo inicial	31.804	47.017
Aplicações	44.497	1.425
Resgates	(47.303)	(17.894)
Rendimentos	1.700	1.256
Saldo final	30.698	31.804
Total de aplicações	30.698	31.804
Circulante	30.698	31.722
Não circulante	-	82

6.4 Empréstimos e recebíveis

6.4.1 Créditos das operações com seguros e resseguros (Consolidado)

	2021	2020
Prêmios a receber		
Prêmios diretos	54	1
Prêmios Riscos Vigentes Não Emitidos	674	-
Operações com Seguradoras		
Cosseguro cedido	136	183
	864	184

Composição por idade

As composições de créditos de operações de seguros (prêmios a receber) por idade de vencimento em 31 de dezembro estão demonstradas a seguir:

	2021	2020
A vencer até 30 dias		
Total	728	1
Prêmios a receber		
Provisão para riscos sobre crédito (*)	-	-
Saldo	728	1

(*) A provisão para riscos sobre créditos é constituída quando o período de inadimplência supera os sessenta dias da data do vencimento do crédito, conforme prevista na Circular SUSEP nº 517/15 e alterações posteriores.

Movimentação dos prêmios a receber

	2021	2020
Saldo inicial	1	1.973
(+) Prêmios emitidos	166.051	169.444
(-) Prêmios cancelados	(28.312)	(26.290)
(-) Recebimentos	(137.687)	(145.126)
(+) Prêmios Riscos Vigentes não Emitidos	4.526	-
(-) Prêmios cancelados Riscos Vigentes não Emitidos	(3.851)	-
Saldo final (i)	728	1

(i) Em 2020 houve mudança nos vencimentos das faturas, sendo feitas dentro do próprio mês. A partir de 2021 a Seguradora passou a calcular prêmios de RVNE.

6.4.2 Créditos das operações com previdência complementar (Consolidado)

A partir do exercício de 2013, o Grupo passou a registrar as operações de previdência complementar utilizando-se de contas de ativo ("Valores a receber"), apresentando o saldo de R\$ 4.799 (2020 - R\$ 4.448), para posterior baixa em contrapartida da conta "Depósitos de terceiros". A provisão para riscos sobre créditos é constituída quando o período de inadimplência supera os sessenta dias da data de vencimento do crédito, conforme previsto na Circular SUSEP nº 517/15 e alterações posteriores. Em 31 de dezembro de 2021 o Grupo não apresentava créditos a receber vencidos a mais de 60 dias, portanto, não foi constituída provisão para riscos sobre créditos.

6.4.3 Outros créditos operacionais (Consolidado)

O saldo de R\$ 0 (2020 - R\$ 41) refere-se a valores a receber administrados pela Seguradora Líder - DPVAT.

6.4.4 Títulos e créditos a receber

Composto da seguinte forma:

	2021		Reapresentado 2020	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Circulante				
Títulos e créditos a receber				
Créditos a receber - partes relacionadas (Nota 19) (i)	-	12.279	-	6.439
Créditos a receber - acordo operacional cosseguro Seguradora Zurich	-	1.953	-	2.091
Títulos de capitalização	-	305	-	1.034
Estipulantes de seguros	-	-	-	298
Créditos a receber	-	2.036	-	6
	-	16.573	-	9.868
Créditos tributários e previdenciários	117	117	78	78
IRRF a recuperar	-	60	-	27
IRPJ a recuperar	-	2.446	-	1.148
CSLL a recuperar	-	1.547	-	639
Contribuições previdenciárias a recuperar	117	4.170	78	2.124
Assistência financeira a participantes	-	-	-	-
Assistência financeira a participantes (I)	-	46.975	-	306.144
Provisão para riscos de crédito sobre assistência financeira (II)	-	(31.472)	-	(94.951)
	-	15.503	-	211.193
Outros créditos	-	-	-	-
Adiantamento administrativo	-	238	-	177
Saldos bancários bloqueados por decisão judicial	-	671	-	857
	-	909	-	1.034
Total do circulante	117	37.155	78	224.219
Não circulante				
Assistência financeira a participantes	-	-	-	-
Assistência financeira a participantes (I)	-	11.621	-	876.771
Provisão para riscos de crédito sobre assistência financeira (II)	-	(1.473)	-	(52.039)
	-	10.148	-	824.732
Total do não circulante	-	10.148	-	824.732

(i) Os valores a receber referem-se a acordo operacional de consignação em folha e comissões pagas sobre serviços de divulgação, prospecção e manutenção de novos clientes.

Os saldos da assistência financeira a participantes e respectivas cessões de crédito, classificados em outros créditos, estão demonstrados a seguir:

	Circulante		Não circulante	
	Reapresentado 2021	2020	Reapresentado 2021	2020
Garantia de averbação				
Garantia de averbação	755.499	897.812	2.023.275	2.693.719
Cessão de crédito- FIDC Angá VI	(96.122)	-	(42.136)	-
Cessão de crédito- FIDC Angá VII	(138.311)	(140.753)	(424.752)	(482.688)
Cessão de crédito- FIDC Angá VIII	(47.954)	-	(53.970)	-
Cessão de crédito- FIDC Angá IX	(53.095)	-	(15.157)	-
Cessão de crédito- FIDC Angá X	(88.220)	-	(244.518)	-
Cessão de crédito- FIDC Angá XI	(151.075)	-	(738.999)	-
Cessão de crédito- FIDC Multiestratégia	(54.950)	(87.708)	(132.202)	(305.283)
Cessão de crédito- FIDC Multiestratégia II	(37.305)	(65.472)	(96.712)	(234.858)
Cessão de crédito- FIDC Danúbio	(40.233)	(66.203)	(151.295)	(310.828)
Cessão de crédito- Mono Cota	(599)	(1.556)	(3.184)	(10.448)
Cessão de crédito- Press II	(862)	-	(2.735)	-
Antecipação de contratos cedidos	3.048	-	-	-
	49.821	536.120	17.615	1.349.614
	2021	2020	2021	2020
Receitas a apropriar				
Receitas a apropriar	(312.468)	(434.034)	(680.229)	(970.527)
Cessão de crédito- FIDC Angá VI	14.672	-	6.980	-
Cessão de crédito- FIDC Angá VII	64.066	75.371	141.030	176.197
Cessão de crédito- FIDC Angá VIII	13.233	-	12.403	-
Cessão de crédito- FIDC Angá IX	21.562	-	34.743	-
Cessão de crédito- FIDC Angá X	40.703	-	79.134	-
Cessão de crédito- FIDC Angá XI	92.594	-	275.725	-
Cessão de crédito- FIDC Multiestratégia	23.313	48.537	39.776	108.935
Cessão de crédito- FIDC Multiestratégia II	16.560	36.578	28.866	82.612
Cessão de crédito- FIDC Danúbio	22.057	42.342	53.280	124.790
Cessão de crédito- Mono Cota	421	1.230	1.444	5.150
Cessão de crédito- Press II	441	-	854	-
	(2.846)	(229.976)	(5.994)	(472.843)
	46.975	306.144	11.621	876.771
Provisão para risco de crédito sobre assistência financeira (II)	(31.472)	(94.951)	(1.473)	(52.039)
Assistência financeira a participantes	15.503	211.193	10.148	824.732

As concessões de crédito de assistência financeira são efetuadas através de critérios de análise de risco, definidos pela administração do Grupo.

	Receita Financeira		Securitização		Cessão	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020
FIDC Angá III (i)	1.735	392	-	-	-	-
FIDC Angá V (i)	3.709	2.429	-	-	-	-
FIDC Angá VI (i)	6.811	1.926	103.655	-	87.974	-
FIDC Angá VII (ii)	30.554	13.831	397.048	274.317	247.538	163.500
FIDC Angá VIII (i)	11.581	2.025	-	-	-	-
FIDC Angá IX (i)	8.978	2.380	-	7.881	-	4.361
FIDC Angá X (i)	2.149	17.151	-	314.121	-	167.713
FIDC Multiestratégia (ii)	1.665	7.902	19.277	143.117	11.214	81.945
FIDC Multiestratégia II (ii)	1.401	5.370	18.164	97.527	11.360	54.824
FIDC Danúbio (ii)	5.742	21.316	103.800	432.996	63.687	248.820
FIDC Mono Cota (i)	12	683	-	12.207	-	6.276
FIDC Angá XI (iii)	50.762	-	1.069.999	-	652.435	-
FIDC Press II (ii)	201	-	4.161	-	2.786	-
	125.300	75.405	1.716.104	1.282.166	1.076.994	727.439

A receita financeira está reconhecida no resultado financeiro na conta de renda com assistência financeira (Nota 23).

(i) No exercício de 2021 não houve operações de securitização.

(ii) Os valores apresentados das cessões são descontados às taxas negociadas, para um período de financiamento de até 96 meses, pagos em moeda corrente. Esses créditos foram cedidos sem coobrigação ao respectivo fundo, onde a Seguradora exerce administrativamente a cobrança desses títulos.

(iii) Os valores apresentados das cessões são descontados às taxas negociadas, para um período de financiamento de até 96 meses, pagos em moeda corrente. Dada a retenção de quotas subordinadas ordinárias deste fundo, a Seguradora efetuou o reconhecimento dos ativos e passivos em seu balanço, conforme determinação do Ofício Eletrônico nº 4/2021 da SUSEP. A Seguradora exerce administrativamente a cobrança desses títulos.

(iv) Em 2020, para os FIDC Sabemi III, V, VI, VIII, IX e X, efetuamos o reconhecimento dos ativos cedidos e reclassificamos os saldos dos créditos cedidos para o passivo. As receitas financeiras foram estornadas e diferidas sendo registradas no Passivo (NE 2.1).

(I) A provisão para riscos sobre assistência financeira para 31 de dezembro de 2021 foi apurada pela Administração do Grupo em valor suficiente para cobrir prováveis perdas futuras sobre o montante líquido a receber na data do Balanço. Para tal estimativa, o Grupo considerou a ocorrência histórica de perda da carteira de títulos combinada a uma análise estatística e ao julgamento da área interna de crédito. O método de cálculo de *impairment* aplicado nesta análise considera a movimentação da carteira de títulos entre as faixas de atrasos e o histórico de perda associado a cada uma delas. Estas faixas foram classificadas em 11 (onze) grupos, definidos segundo critérios tomados a partir do histórico dos títulos e das particularidades da operação de crédito consignado. As faixas de classificação dos grupos, mostrada a seguir, refletem as várias probabilidades de inadimplência para cada categoria:

Classificações Internas	Grupo	Descrição	Reapresentado		Provisão (i)
			2021	2020	
	AA	Adimplentes	5	734	0,05%
	A	1 a 12 Parcelas vencidas	148	13.354	5,79%
	B	13 a 24 Parcelas vencidas	129	3.587	5,57%
	C	25 a 36 Parcelas vencidas	298	3.266	11,50%
	D	Acima de 36 Parcelas vencidas	681	7.731	9,45%
	E	1 a 12 Parcelas vencidas	630	1.833	80,19%
	F	13 a 24 Parcelas vencidas	2.165	22.821	90,98%
	G	25 a 36 Parcelas vencidas	5.121	19.548	89,90%
	H	37 a 48 parcelas vencidas	8.180	20.689	88,78%
	I	Acima 48 parcelas vencidas	14.004	21.733	100%
	J	Suspensos	1.385	31.694	100%
Total			32.946	146.990	

(i) O percentual de provisão é aplicado para todo o saldo devedor do respectivo contrato. Frequentemente, a Administração valida o desempenho da classificação e de sua assertividade de previsão com relação a eventos reais de inadimplência e frente aos dados e informações disponíveis no mercado.

As classificações internas usadas estão associadas ao tipo de ativo sob análise, no caso, a assistência financeira em consignação na folha de pagamento. Este ativo tem apresentando historicamente recuperações de perdas até mesmo para contratos com até 48 parcelas vencidas e sem quitações nos últimos 12 meses. A expectativa de recuperação se deve a características de recebimento do crédito consignado, entre elas:

- a. Recomposição salarial do participante recuperando novamente margem consignável;
- b. Refinanciamento do contrato de assistência financeira aproveitando a margem existente;
- c. Liquidação de contratos de dívidas em outras instituições pelo participante abrindo novamente margem consignável para outro contrato de assistência financeira ou retorno da cobrança do contrato inadimplente;
- d. Cobrança ativa e negociações via débito em conta e boletos.

Além disso, de forma conservadora, os contratos de assistência financeira cujo participante tenha falecido ou tenha sido exonerado do órgão estão 100% provisionados nos grupos I e J.

As composições de créditos de operações com assistência financeira a participantes, por idade de vencimento, estão demonstradas a seguir:

	2021	Reapresentado 2020
A vencer até 03 meses	1.252	1.309
A vencer de 04 a 06 meses	1.210	330
A vencer de 07 a 09 meses	1.156	230
A vencer de 10 a 12 meses	1.095	1.594
A vencer acima de 12 meses	12.975	805.614
Vencidos em até 12 meses	4.339	198.507
Vencidos 13 - 24 meses	3.301	61.920
Vencidos 25 - 36 meses	4.008	41.059
Vencidos acima de 36 meses	29.260	72.353
	58.596	1.182.916

O Grupo possui uma carteira de clientes altamente pulverizada. Não há clientes, individualmente ou em conjunto, que possuam representatividade relevante no saldo de assistência financeira a receber em aberto. Os 10 maiores clientes, em conjunto, representam apenas 1% da carteira total.

6.4.5 Impairment de ativos financeiros

Conforme metodologia mencionada na Nota 6.4.4, a Administração julgou adequado revisar semestralmente o método de estimativa do *impairment* de ativos financeiros. A movimentação da provisão para perdas (*impairment*) sobre créditos de títulos a receber é demonstrada na tabela a seguir:

	2021	Reapresentado 2020
Saldo inicial	146.990	124.218
Constituição de provisão para <i>impairment</i>	7.036	29.132
Reversão de <i>impairment</i>	(121.081)	(6.360)
Saldo final	32.945	146.990

Valores que são provisionados como perda para *impairment* são geralmente baixados (*write-off*) quando não há mais expectativa da Administração para recuperação do ativo financeiro.

CONTINUAÇÃO

Reconciliação da despesa de IRPJ e da CSLL (Controlada)

	Reapresentado 2021		Reapresentado 2020	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição (i)	1.303	1.303	1.603	1.603
Participação no resultado	(889)	(889)	(826)	(826)
Inovações Tecnológicas	(2.644)	(2.644)	(2050)	(2.050)
	(2.230)	(2.230)	(1.273)	(1.273)
Alíquota nominal combinada do imposto de renda e da contribuição social - %	25	20	25	15
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	(558)	(335)	(318)	(191)
Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva				
Juros sobre o capital próprio	(225)	(155)	(250)	(150)
Despesas inadmissíveis	124	88	206	125
Recargas não tributáveis	(60)	(56)	(181)	(109)
Incentivos fiscais (PAT e outros)	-	-	(321)	-
Outros	-	-	(24)	-
Incentivos Fiscais Exercícios Anteriores	-	-	(747)	(471)
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	(719)	(458)	(1.635)	(796)
Corrente	(694)	(417)	678	591
Diferido	(25)	(41)	(2.313)	(1.387)

(i) O resultado do exercício foi ajustado de acordo com a determinação do Ofício nº 4/2021 da Susep (NE 2.1).

10 Investimentos

Os investimentos do Grupo são compostos por obras de arte no valor de R\$ 32 (2020 - R\$ 32) e participação societária sem direito a influência significativa na Seguradora Líder Administradora de Seguros DPVAT no valor de R\$ 244 (2020 - R\$ 243).

10.1 Investimentos (controladora)

Os investimentos são compostos integralmente por participação societária de 100% na Sabemi Seguradora S.A.

Saldo contábil, líquido em 01 de janeiro de 2020 (reapresentado)	76.691
Resultado Equivalência Patrimonial	3.208
Juros sobre capital próprio recebido	(1.000)
Dividendos	(8.271)
Saldo contábil, líquido em 31 de dezembro de 2020 (reapresentado)	70.628
Resultado Equivalência Patrimonial	1.591
Juros sobre capital próprio recebido	(900)
Dividendos (Nota 21.2)	(5.985)
Saldo contábil, líquido em 31 de dezembro de 2021	65.334

11 Imobilizado (consolidado)

	Equipamentos, móveis e utensílios	Outras imobilizações	Total imobilizado
Saldo contábil, líquido em 31 de dezembro de 2019	1.872	1	1.873
Aquisições	15	-	15
Baixas por venda	(21)	-	(21)
Baixas por obsolescência	(18)	-	(18)
Baixas da depreciação por venda	5	-	5
Baixas da depreciação por obsolescência	5	-	5
Depreciação	(467)	(1)	(468)
Saldo contábil, líquido em 31 de dezembro de 2020	1.391	0	1.391
Aquisições	25	-	25
Baixas por venda	(44)	-	(44)
Baixas por obsolescência	(13)	(12)	(25)
Baixas da depreciação por venda	8	-	8
Baixas da depreciação por obsolescência	13	12	25
Depreciação	(462)	-	(462)
Saldo contábil, líquido em 31 de dezembro de 2021	918	-	918

12 Intangível (consolidado)

	Desenvolvimento de sistemas e licença de uso de software	Total do intangível
Saldo contábil, líquido em 31 de dezembro de 2019	147	147
Aquisições	100	100
Amortização	(68)	(68)
Saldo contábil, líquido em 31 de dezembro de 2020	179	179
Amortização	(74)	(74)
Saldo contábil, líquido em 31 de dezembro de 2021	105	105

13 Obrigações a pagar (consolidado)

O saldo de obrigações a pagar está assim representado:

	2021	2020
Circulante		
Fornecedores	1.949	1.955
Honorários, remuneração e gratificação a pagar	706	584
Sabemi Tecnologia (Nota 19)	2.135	2.227
Outras obrigações a pagar - Partes relacionadas (i)	67	1.095
Outras obrigações a pagar (ii)	1.721	10.751
Antecipação de contratos cedidos (iii)	3.048	-
Total do circulante	9.626	16.612

(i) Refere-se principalmente a saldos a pagar decorrentes de acordos operacionais de consignação em folha em que a Controlada atua como correspondente e estipulante em administração de apólices com partes relacionadas (Nota 19).
 (ii) Refere-se principalmente a saldos a pagar decorrentes de acordos operacionais de consignação em folha em que a Controlada atua como correspondente.
 (iii) Refere-se a contratos cedidos aos FIDC que foram antecipados e serão repassados no mês seguinte.

14 Impostos e encargos sociais a recolher (Consolidado)

O saldo de impostos e encargos sociais a recolher está assim representado:

	2021	2020
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	515	384
Imposto sobre operações financeiras - IOF	654	-
Imposto sobre serviços retido na fonte - ISS	191	62
Instituto nacional de seguridade social - INSS	592	463
Fundo de garantia por tempo de serviço - FGTS	171	134
Outras retenções de terceiros	376	168
	2.499	1.211

15 Empréstimos e financiamentos (Consolidado)

O saldo de empréstimos e financiamentos está assim representado

	2021	2020
Circulante		
Empréstimo bancário (i)	233	378
Total do circulante	233	378
Não circulante		
Empréstimo bancário (i)	-	233
Total do não circulante	233	611

(i) A Controlada contratou arrendamento financeiro e empréstimo relacionado à aquisição de equipamentos de informática e de comunicação.

Modalidade	Taxa	Prazo de amortização	Vencimento	2021		
				Saldo devedor	Circulante	Não circulante
Financiamento	0,99	36 meses	26/07/2022	191	191	-
Financiamento	0,99	24 meses	21/10/2022	42	42	-
				233	233	-

Modalidade	Taxa	Prazo de amortização	Vencimento	2020		
				Saldo devedor	Circulante	Não circulante
Financiamento	0,99	36 meses	26/07/2022	519	328	191
Financiamento	0,99	24 meses	21/10/2022	92	50	42
				611	378	233

16 Impostos e contribuições

O saldo de impostos e contribuições está assim representado:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS	-	-	460	475
Programa de integração social - PIS	-	-	75	77
IRPJ (i)	-	-	-	695
CSLL (i)	-	10	-	427
	-	10	535	1.674

(i) Em 2020 a Controlada teve o reconhecimento de créditos tributários de exercícios anteriores, efetuando a compensação com valores a recolher.

17 Depósitos de terceiros (consolidado)

Refere-se a valores recebidos de terceiros a serem repassados a agentes financeiros.

	2021	2020
Prêmios e emolumentos recebidos	-	124
Outros depósitos (*)	170	5.073
	170	5.197

(*) A Administração está implementando uma política de regularização de valores a classificar, promovendo sua identificação, recuperação e reclassificação.

18 Passivos de contratos de seguros (consolidado)

	2021						Total
	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 120 dias	121 a 180 dias	181 a 365 dias	Acima 365 dias	
Prêmios e emolumentos recebidos	-	-	-	-	-	-	-
Outros depósitos	16	3	6	43	102	-	170
							2020
Prêmios e emolumentos recebidos	21	23	63	17	-	-	124
Outros depósitos	4.103	319	474	177	-	-	5.073

18.1 Provisões Técnicas - Movimentação

As tabelas a seguir apresentam a movimentação dos saldos destes passivos para os exercícios de 31 de dezembro de 2020 e 2021:

	2021	2020
Seguro de pessoas coletivo	15.205	14.664
Provisão complementar	12.694	9.859
Retrocessão	-	32
	27.899	24.555
Circulante	27.698	24.322
Não circulante	201	233

(a) Seguro de Pessoas Coletivo Bruto de Resseguro e Líquido de Cosseguro e retrocessão

Competências	PPNG*	PSL	IBNR	PDR	PVR	TOTAL
Saldo em 01/01/2020	72	5.171	1.838	2.874	6.229	16.184
Constituições	220	2.885	1.041	179	1.116	5.441
Reversões	(71)	(1.835)	(17)	(196)	(4.842)	(6.961)
Saldo em 31/12/2020	221	6.221	2.862	2.857	2.503	14.664
Constituições	313	1.588	18	203	1.156	3.278
Reversões	(73)	(1.920)	(432)	(145)	(167)	(2.737)
Saldo em 31/12/2021	461	5.889	2.448	2.915	3.492	15.205

*PPNG+RVNE

Seguro de Pessoas Coletivo: variação das provisões técnicas

Provisão	31/12/2021	31/12/2020
PPNG*	240	149
PSL	(332)	1.050
IBNR	(414)	1.024
PDR	58	(17)
PVR	989	(3.726)
	541	(1.520)

*PPNG + RVNE

(b) Seguro de Pessoas Coletivo Líquido de Resseguro e Líquido de Cosseguro

Competências	PPNG*	PSL	IBNR	PDR	PVR	TOTAL
Saldo em 01/01/2020	72	5.152	1.819	2.873	6.229	16.145
Constituições	220	3.171	1.022	178	1.117	5.708
Reversões	(71)	(2.103)	(18)	(196)	(4.843)	(7.231)
Saldo em 31/12/2020	221	6.220	2.823	2.855	2.503	14.622
Constituições	313	1.582	53	203	1.157	3.308
Reversões	(73)	(1.932)	(432)	(143)	(168)	(2.748)
Saldo em 31/12/2021	461	5.870	2.444	2.915	3.492	15.182

*PPNG+RVNE

Seguro de Pessoas Coletivo: variação das provisões técnicas

Provisão	31/12/2021	31/12/2020
PPNG*	240	149
PSL	(350)	1.068
IBNR	(379)	1.004
PDR	60	(18)
PVR	989	(3.726)
	560	(1.523)

*PPNG + RVNE

(c) Previdência complementar

As tabelas a seguir apresentam a movimentação dos saldos dos passivos dos contratos de seguro para o exercício de 2020 e o período encerrado em 31 de dezembro de 2021:

Previdência complementar: movimentação das provisões

Competências	PPNG*	PMBC	PDR	IBNR	PSL	PVR	PCC	TOTAL
Saldo em 01/01/2020	4.077	212	184	2.595	2.534	142	54	9.798
Constituições	374	-	9	5	8.733	687	2	9.810
Correção Monetária	-	13	-	-	139	78	-	230
Reversões	(3)	(21)	-	(671)	(8.640)	(645)	-	(9.980)
Saldo em 31/12/2020	4.448	204	193	1.929	2.766	262	56	9.858
Constituições	351	7	-	1.211	12.714	142	-	14.425
Correção Monetária	-	26	-	-	58	132	-	216
Reversões	-	(42)	(76)	(131)	(11.399)	(133)	(23)	(11.804)
Saldo em 31/12/2021	4.799	195	117	3.009	4.139	403	33	12.695

*PPNG+RVNE

Previdência complementar: variação das provisões técnicas

Provisão	31/12/2021	31/12/2020
PPNG*	351	371
PMBC	(9)	(8)
PDR	(76)	9
IBNR	1.080	(666)
PSL	1.373	232
PVR	141	120
PCC	(23)	2
	2.837	60

*PPNG + RVNE

18.2 Garantias das provisões técnicas

Em garantia às provisões técnicas, encontram-se vinculados à Superintendência de Seguros Privados - SUSEP aplicações financeiras e depósitos no IRB, em montante suficiente para cobrir as referidas provisões, conforme Resolução CMN nº 4.444/15 e alterações posteriores.

Ativos oferecidos em cobertura

	2021	2020
Fundos de investimento	30.698	31.722
Ativos oferecidos em cobertura	30.698	31.722
Total das provisões técnicas	27.899	24.555
Total a ser coberto	27.899	24.555
Suficiência de cobertura (Nota 4.3)	2.799	7.167

18.3 Comportamento da provisão de sinistros em anos posteriores aos anos de constituição

A tabela abaixo mostra a movimentação das provisões para sinistros a liquidar do Grupo, denominada de tábua de desenvolvimento de sinistros:

Seguro de Pessoas Coletivo - Líquido de cosseguro e bruto de resseguro

A tabela a seguir mostra o desenvolvimento de pagamentos de sinistros. O objetivo dessa tabela é demonstrar a consistência da política de provisionamento de sinistros do Grupo.

Seguro de Pessoas Coletivo - Líquido de cosseguro e bruto de resseguro

Período	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2021
Saldo				

CONTINUAÇÃO

Receitas operacionais antecipadas

	Reapresentado		Circulante		Não circulante	
	31/12/2021	31/12/2020	01/01/2020	31/12/2021		
FIDC SABEMI III	-	390	1.506	-		
FIDC SABEMI V	-	6.962	11.654	-		
FIDC SABEMI VI	-	4.621	8.500	-		
FIDC SABEMI VIII	-	16.098	24.366	-		
FIDC SABEMI IX	-	26.520	36.768	-		
FIDC SABEMI X	-	39.086	32.819	-		
FIDC SABEMI XI	-	-	-	-		
Obrigações por cessão de recebíveis	-	93.677	115.613	-		

22 Patrimônio líquido

22.1 Capital social e reservas

O Capital social subscrito e integralizado é de R\$ 44.300 (2020 – R\$ 44.300), representado por 22.150 ações ordinárias com direito a voto e 22.150 ações preferenciais sem direito a voto, todas nominativas e com valor nominal de R\$ 1,00, totalmente subscritas e integralizadas.

(a) Reserva legal

A reserva legal é formada pela destinação de 5% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei nº 6.404/76, até limite de 20% do capital social.

(b) Dividendo mínimo obrigatório

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido ajustado, consoante à legislação em vigor, conforme preceitua a legislação vigente, sendo o saldo transferido para reserva de retenção de lucros.

(c) Reserva de retenção de lucros

Esta reserva é formada pelo saldo remanescente do lucro líquido do exercício, após abatimento das destinações do resultado.

22.2 Dividendos e juros sobre capital próprio (controladora)

Os juros sobre o capital próprio foram calculados com base nos critérios definidos pela legislação fiscal vigente. Os montantes abaixo refletem os dividendos mínimos obrigatórios dispostos no Estatuto Social da Seguradora, de 25% do lucro líquido do exercício ajustado, além de dividendos adicionais definidos em ata. A provisão relacionada a qualquer valor acima do mínimo obrigatório será constituída na data da sua aprovação.

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	1.121	2.856
(-) Reserva legal - 5%	(139)	(424)
Lucro básico para determinação de dividendos	982	2.432
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	246	608
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos complementares	4.520	7.729
Total de dividendos e juros sobre capital próprio	4.766	8.337
Total de dividendos e juros sobre capital próprio por ação – em reais	107,58	188,22

23 Demonstração do resultado

Efetuamos o detalhamento das principais contas da Demonstração do Resultado, conforme determina a Circular SUSEP nº 517/15 e alterações posteriores.

	2021		Reapresentado 2020		
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado	
Prêmios ganhos					
Prestamista	-	-	-	1.975	
Acidentes pessoais coletivos	-	97.145	-	103.967	
Outros	-	30.449	-	27.289	
	-	127.594	-	133.231	
Sinistros ocorridos					
Indenizações avisadas	-	(2.816)	-	(6.832)	
Despesas com sinistros	-	(237)	-	512	
Variação da provisão de sinistros ocorridos e não avisados	-	(673)	-	(417)	
Despesas com benefícios (iii)	-	(13.908)	-	(6.783)	
	-	(17.634)	-	(13.520)	
Custo de aquisição					
Comissões (seguros)	-	(25.456)	-	(25.991)	
	-	(25.456)	-	(25.991)	
		2021		Reapresentado 2020	
		Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Outras receitas e despesas operacionais, líquidas	-	-	-	-	-
Receita líquida com regulação de sinistro DPVAT (i)	-	15	-	36	-
Acordo operacional cosseguro seguradora Zurich	-	24.216	-	27.476	-
Pró-labore partes relacionadas	-	(1.015)	-	(482)	-
Pró-labore	-	290	-	(2.851)	-
Contingências	-	(17.077)	-	(8.536)	-
Despesas judiciais	-	(9.788)	-	(12.611)	-
Outras despesas com apólices	-	(8.104)	-	(8.104)	-
	-	(3.359)	-	(5.072)	-
Custo de aquisição					
Despesas com cobrança (previdência)	-	(1.574)	-	(4.591)	-
	-	(1.574)	-	(4.591)	-
Despesas administrativas					
Pessoal próprio	-	(37.507)	-	(28.951)	-
Serviços de terceiros	(74)	(46.683)	(79)	(34.714)	-
Localização e funcionamento	-	(18.972)	-	(21.668)	-
Publicidade e propaganda institucional	(205)	(4.895)	-	(3.809)	-
Publicações	(126)	(308)	(181)	(347)	-
Doativos e contribuições	-	(218)	-	(443)	-
Despesas judiciais	-	(497)	-	(907)	-
Multas	-	(30)	-	(95)	-
Outras	-	(139)	-	(563)	-
Recuperação de despesas	-	(6)	-	10	-
Despesa administrativa Convênio DPVAT	-	(616)	-	-	-
	(405)	(109.871)	(260)	(91.287)	-
Despesas com tributos					
COFINS	(69)	(5.381)	(76)	(6.033)	-
PIS	(15)	(878)	(17)	(985)	-
Impostos municipais	-	(96)	-	(188)	-
Taxa de fiscalização	-	(764)	-	(101)	-
Impostos federais	-	(8)	-	(729)	-
	(84)	(7.127)	(93)	(8.036)	-
		2021		2020	
		Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Resultado financeiro					
Renda fixa	1	2.614	7	1.265	-
Renda com assistência financeira	-	127.047	-	84.074	-
Receitas financeiras com provisões técnicas	-	522	-	765	-
Reversão provisão risco de crédito sobre assistência financeira	-	15.695	-	6.360	-
Atualizações créditos tributários	-	3	-	71	-
Atualização depósitos judiciais	-	293	-	137	-
Receitas com depósitos bancários	-	706	-	718	-
Outras receitas financeiras	-	3.213	-	1.723	-
Despesas financeiras com tributos	-	(304)	-	(197)	-
Renda fixa	-	(913)	-	(4)	-
Despesas financeiras com provisões técnicas	-	(1.974)	-	-	-
Despesas financeiras com assistência financeira (ii)	-	(97.461)	-	(60.097)	-
Provisão risco de crédito sobre assistência financeira	-	(7.036)	-	(8.353)	-
Juros bancários	-	(41)	-	(35)	-
Juros passivos de arrendamento	-	(814)	-	-	-
Efeitos Ofício Susep 4/2021 (iv)	-	-	-	-	-
Outras despesas financeiras, líquidas	-	(70)	-	(229)	-
	1	1	1	1	-
	1	38.701	7	16.818	-
		2020		2019	
		Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Ganhos e perdas com ativos não correntes	-	(21)	-	(19)	-
Resultado - Alienação de bens	-	(21)	-	(19)	-

(i) As receitas e despesas decorrentes das operações de seguros do ramo DPVAT são contabilizadas com base nos informes recebidos da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro

DPVAT S.A. No segundo semestre de 2019 a Sabemi Seguradora encerrou as operações de regulação de sinistros DPVAT restando pequenos valores a receber de regulações executadas antes do encerramento.

(ii) Refere-se a comissões pagas aos agentes no montante de R\$ 56.983 (2020 - R\$ 49.763), à estruturação dos fundos no montante de R\$ 2.170 (2020 - R\$ 2.357) e ao reconhecimento de perdas com cobrança de assistência financeira de R\$ 38.308 (2020 – R\$ 6.283).

(iii) Em decorrência da pandemia gerada pelo vírus COVID 19, houve um aumento nos avisos do produto pecúlio.

(iv) O efeito do ofício Susep 4/2021 no resultado financeiro está assim distribuído:

	2021	2020
Reversão de receita financeira de contratos cedidos	90.688	309.367
Reversão de comissões	-	12.800
Despesa contratos cedidos	(90.688)	(309.367)
Realização despesas com estruturação	(1.740)	(4.655)
Realização receita de lucro de cessão	15.561	38.795
Realização de despesa de comissões	(14.142)	(39.461)
Zeramento despesa antecipada comissão	(74.026)	-
Zeramento despesa antecipada estruturação	(6.548)	-
Zeramento saldo receitas antecipadas	78.116	-
Reversão lucro de cessão	-	(16.859)
	(2.779)	(9.380)

Já a movimentação de Provisão para créditos de liquidação duvidosa teve o seguinte efeito no resultado da Seguradora, considerando apenas a provisão referente aos direitos creditórios cedidos aos FIDC Elegíveis:

24 Benefícios a empregados (consolidado)

Participação dos empregados nos lucros

A provisão para o pagamento da participação dos empregados nos lucros foi feita nas bases estabelecidas pela convenção sindical de 2021 R\$ 889 (2020 – R\$ 826) e no Plano de Participação nos Resultados (PPR) 2020, homologado.

25 Principais ramos de atuação (Consolidado)

O principal produto do Grupo, responsável por quase que a totalidade da arrecadação no exercício, é o ramo de acidentes pessoais coletivos - APC, entretanto destaca-se também o plano de pecúlio do segmento de Previdência, conforme já divulgado.

Os principais ramos de atuação estão demonstrados a seguir:

Ramo	2021			2020		
	Prêmio ganho	I.S. %	I.C. %	Prêmio ganho	I.S. %	I.C. %
09-77 - Prestamista	-	-	-	1.975	75,38%	0,27%
09-82 APC	97.145	6,39%	26,12%	103.967	4,25%	24,98%
Pecúlio e outros	30.449	37,53%	0,27%	27.289	27,91%	0,05%
	127.594	13,82%	19,95%	133.231	10,15%	19,519%

I.S. - Índice de Sinistralidade

I.C. - Índice de Comissionamento

26 Outras informações

Covid-19

Em tempos de pandemia, o impacto da Covid-19 no mercado segurador e de previdência tem sido bem significativo. Especificamente na Controlada, no exercício de 2021 podemos observar um aumento médio da sinistralidade de, aproximadamente, 70% se comparado com o mesmo período de 2020. A quantidade de sinistros avisados por Covid-19 teve um aumento aproximado de 9 pontos percentuais em 2021, passando de 28% em 2020 para 38% de sinistros avisados para seguros e benefícios de plano de previdência.

A pandemia não teve impacto relevante na venda de assistência financeira, com relação ao risco de crédito também não tivemos impactos uma vez que não aconteceu a postergação de pagamentos, não gerando inadimplência ocasionada pela Covid-19.

Impactos relacionados a invasão russa na Ucrânia

A invasão russa na Ucrânia, juntamente com a imposição de sanções internacionais, tem um impacto econômico generalizado. Os negócios no Brasil podem ser severamente impactados pela interrupção da cadeia de suprimentos, volatilidade do mercado, risco de pagamento e aumento dos custos de commodities resultantes da invasão. O impacto é agravado pela decisão de algumas empresas globais de limitar ou cessar as operações na Rússia.

Na presente data destas demonstrações financeiras, o contexto descrito acima não gerou impactos relevantes nas referidas demonstrações financeiras da Companhia. A Administração do Grupo está avaliando os impactos, porém até a data da emissão das demonstrações financeiras não houve ajustes materiais a serem divulgados.

27 Eventos subsequentes

Utilização da estrutura à termo das taxas de juros (ETTJ) para o teste de adequação de passivos (TAP)

O Grupo utilizou no cálculo do TAP, em alguns de seus fluxos, a estimativa de ETTJ com curva IGP/M. A metodologia utilizada para a estimação das curvas está sendo reformulada com o objetivo de minimizar a variância dos estimadores de longo prazo, a partir da inserção de um componente de estabilidade e estará em transição até maio de 2022, sendo aplicada no próximo TAP de junho de 2022.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Severo Participações S.A. e empresa controlada

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Severo Participações S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Severo Participações S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Severo Participações S.A. e da Severo Participações S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.



Diretoria	
Antonio Tulio Lima Severo	Diretor-Presidente CPF nº 002.057.530-00
Cláudia Villaça Severo	Diretora CPF nº 488.482.127-00
Call Contabilidade Ltda.	CRC RS 3146
Enio Wolke	Contador CRC RS nº 33343 - CPF nº 212.933.680-91